

Crime hediondo contra palestinos Israel bombardeia refugiados e mata 45 civis carbonizados

Tendas incineradas por mísseis lançados contra o acampamento da ONU

Já são 45 os civis palestinos mortos carbonizados no brutal ataque aéreo israelense de domingo à noite (26), com mísseis e bombas, a um acampamento de refugiados em uma área supostamente protegida no noroeste de Rafah, incendiando tendas e transformando o local em um

inferno em chamas. “Estávamos sentados em barracas e, de repente, o acampamento foi bombardeado. Perdi cinco pessoas da minha família, todas completamente queimadas, inclusive mulheres grávidas. Todas as vezes nos disseram que essa área era segura até sermos bombardeados”, disse Majed al-Attar. **Página 7**



Reuters

AFP



Metade dos mortos são crianças e mulheres. Há 249 feridos

De acordo com as autoridades médicas de Gaza, dos 45 mortos, 23 são crianças, mulheres e idosos. Um sobrevivente disse à Al Jazeera que o ataque aéreo “queimou um quarteirão inteiro”. “Queimaram pessoas vivas” em Rafah. **Página 7**

HORA DO POVO

ANO XXXIV - Nº 3.955 29 de Maio a 4 de Junho de 2024



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Divulgação



Petrobrás enterra acordo espúrio que a obrigava a vender refinarias

A Petrobrás retirou as refinarias Abreu e Lima (RNEST), Presidente Getúlio Vargas (Repar), Gabriel Passos (Regap), Alberto Pasqualini (Refap) e a Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor) do programa de privatização, colocando fim ao acordo espúrio firmado em maio de 2019 pelo governo Bolsonaro com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). **P. 2**

Justiça pede que Avibras explique tratos de venda para australianos

A Avibras terá que prestar esclarecimento, em caráter de urgência, aos credores BNDES e Finep sobre as negociações envolvendo a venda da empresa ao grupo australiano DefendTex, conforme a decisão do juiz Maurício Brisque Neiva, da 2ª Vara Cível da Comarca de Jacareí do Tribunal de Justiça de São Paulo, tomada na última quarta-feira (25). **Página 2**

Lula a servidor em greve: “Nunca deixe de lutar e de reivindicar”

O presidente Lula deu estímulo à presença de trabalhadores da educação federal que estão em greve em um ato em

Guarulhos, realizado no sábado (25), e falou a eles que “nunca deixem de reivindicar, nunca abaxem a cabeça e se confor-

mem”. Os professores e demais trabalhadores de universidades e institutos federais estão em greve há mais de um mês exi-

gindo recomposição dos salários. “Somente com muita luta é que o povo consegue ser ouvido nesse Brasil”, disse o presidente. No

dia anterior, em um evento em Araraquara, o presidente Lula falou que “salário não é gasto. É investimento”. **Página 3**

Servidor repudia o ultimato para assinar acordo de 0% em 2024

O Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (Andes) condenou a postura do governo federal, que, através de e-mail ministerial, deu um ultimato às entidades da Educação, afirmando que não receberá novas contrapropostas. **P. 5**

CNI critica os juros do BC e pede uma política industrial

Crítica dos altos juros do Banco Central, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) defendeu, no Dia da Indústria (25 de maio), a consolidação no Brasil de uma política industrial, que

possa levar o país para um círculo virtuoso de desenvolvimento sustentável. “Ficamos décadas sem uma política industrial estruturada. Não se pode pensar em indústria sem planejamento”,

disse o presidente da CNI, Ricardo Alban. “Estamos voltando a ter um Ministério de Indústria e a discutir uma política industrial. Nossa política é o desenvolvimento econômico e social. A indús-

tria está na mesa. Cabe a nós fazermos dela o melhor prato possível”, cravou Alban, em evento do Dia da Indústria, realizado pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB). **Página 2**

Ratinho quer privatizar 200 escolas públicas no PR

Roendo o patrimônio público. **Pág. 4**

CNI critica os juros do BC, pede política industrial e investimentos

A luta: Margem Equatorial X índices do Arco Norte

ALLAN KARDEC*

John Burn-Murdoch, repórter de dados do Financial Times, destacou em artigo a diferença significativa na expectativa de vida entre os Estados Unidos e outros países de alta renda, como o Reino Unido. De acordo com Burn-Murdoch, os americanos têm uma expectativa de vida menor, apesar da alta renda per capita do país.

Essa disparidade é atribuída em grande parte às desigualdades sociais e econômicas, a um sistema de saúde frágil e a estilo de vida. Os EUA têm uma taxa mais alta de mortes em idades mais jovens em comparação com países com níveis de riqueza semelhantes, excedendo a diferença de expectativa de vida.

Embora referência para muitos, os EUA carecem de cuidados de saúde universais, o que leva a disparidades no acesso a serviços médicos. Ele também aponta que aquele país enfrenta taxas altas de obesidade, e maiores índices de homicídios em comparação com outras nações desenvolvidas.

Mais ainda, ele aponta que as altas taxas de acidentes de carro e a ampla disponibilidade de armas nos EUA são fatores adicionais para a menor expectativa de vida. Embora os Estados Unidos se destaquem em certas áreas, como taxas de sobrevivência ao câncer, esses sucessos são ofuscados pelas disparidades de saúde e assistência popular e pela alta prevalência de doenças crônicas relacionadas a escolhas de estilo de vida.

No Brasil o debate é outro. A região Sul possui um PIB combinado significativamente maior em comparação com a região Norte. Por exemplo, em 2021, o PIB da região Sul foi de aproximadamente R\$ 1,56 trilhão, enquanto o PIB da região Norte foi de cerca de R\$ 564 bilhões, uma diferença de quase três vezes!

O ÍNDICE GINI, que mede a desigualdade de renda, varia igualmente consideravelmente entre as regiões. O mesmo acontece com a EXPECTATIVA DE VIDA. Isso fica muito claro observando os três indicadores no mapa do Brasil, no início desta crônica. Bom lembrar outro, o ÍNDICE DE POBREZA EXTREMA, equivalente a uma pessoa viver com menos de R\$ 10 reais por dia – que afeta um em cada dez habitantes da Terra!

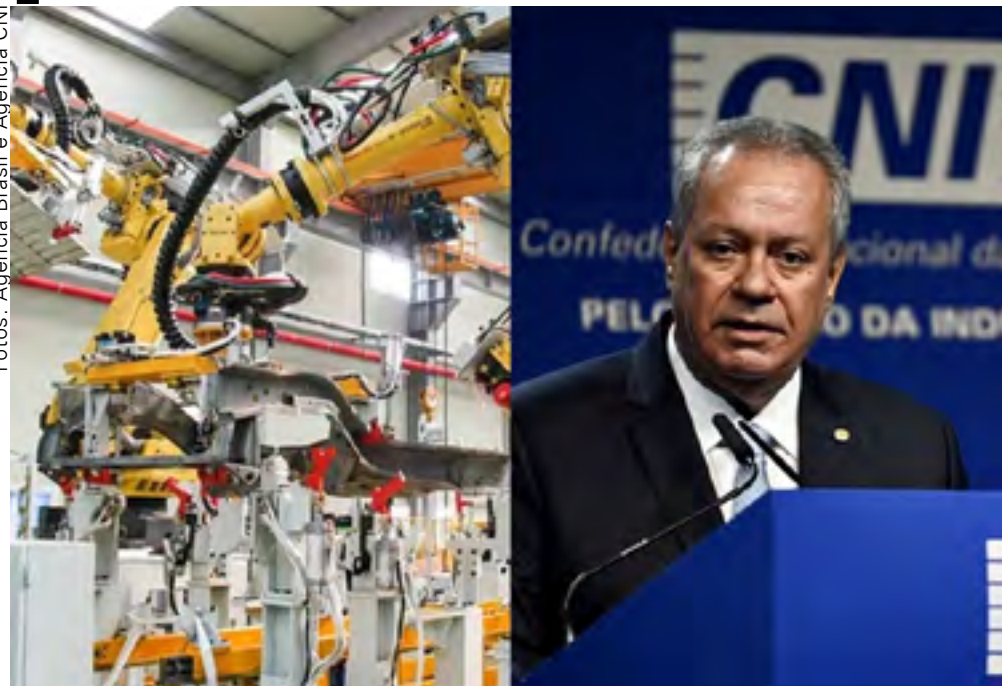
Um estudo da respeitada revista Nature estudou os efeitos dos programas de transferência de renda de vários países. Os autores, liderados por Aaron Richterman, avaliaram os efeitos dos programas de transferência de renda em larga escala, implementados pelos governos de vários países, sobre a mortalidade de adultos e crianças por todas as causas em 37 países de baixa e média renda. Descobriu-se que aqueles programas estão associados a uma diminuição de 20% no risco de morte em mulheres adultas e de 8% em crianças menores de cinco anos!

Ou seja, hoje testemunhamos, de um lado, a região do Arco Norte – aquela acima do paralelo 16 ou de Brasília, lutando para explorar petróleo em sua Margem Equatorial. Do outro, uma imensa maioria de dependentes de transferência de renda – o Amapá, por exemplo, atinge 60% de sua população assistidos pelo Bolsa Família.

Sem transferência de renda e sem recursos, a conclusão óbvia é que brasileiros e brasileiras estão associados a risco real de morte, em pleno século 21, por fome!

(* PhD pela Universidade de Nagoya, Japão, professor titular da UFMA, ex-diretor da ANP, membro da AMC, presidente da Gasmar. Publicado originalmente no site Imirante

Fotos: Agência Brasil e Agência CNI



Para Ricardo Alban, presidente da CNI, “é impraticável a continuidade do projeto de neointustrialização com altos níveis de taxa de juros”

Justiça determina que Avibras explique ao BNDES sobre venda para grupo australiano

A Avibras tem que prestar esclarecimento aos credores sobre as negociações envolvendo a venda da empresa ao grupo australiano DefendTex, conforme a decisão do juiz Maurício Brisque Neiva, da 2ª Vara Cível da Comarca de Jacareí do Tribunal de Justiça de São Paulo, em decisão na última quarta-feira (25).

O magistrado exige que, em caráter de urgência, a empresa brasileira fabricante de equipamentos de defesa – a principal fabricante de foguetes no Brasil, mas também com expertise na área de veículos lançadores – preste os devidos esclarecimentos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), credores da empresa, sobre as “tratativas com a sociedade com a DefendTex”.

Antes da decisão judicial, BNDES e Finep já haviam informado que queriam explicações por parte da empresa. Segun-



Foto: Avibras/Divulgação

do do diretor jurídico do BNDES, Walter Baère, “como o BNDES só teve acesso à operação [de venda] pela imprensa, é papel do banco criar transparência e mesmo grau de informação para todos os envolvidos. A Avibras tem o dever de dar a todos os credores habilitados no processo de recuperação judicial transparência, detalhando a operação com a DefendTex”, afirmou.

O BNDES entende que a Avibras deve apresentar aos seus credores – sejam

eles trabalhadores, fornecedores, instituições de fomento – o cronograma da implementação do investimento junto à DefendTex, além das condições para a realização desse investimento e os investimentos previstos na companhia, segundo informações do portal G1.

Já a Finep, reivindica que a Avibras esclareça se houve algum outro interesse na aquisição do controle da empresa e quais foram os critérios de escolha da DefendTex.

Petrobrás enterra acordo espúrio que a obrigava a vender refinarias

A Petrobrás retirou as refinarias Abreu e Lima (RNEST), Presidente Getúlio Vargas (Repar), Gabriel Passos (Regap), Alberto Pasqualini (Refap) e a Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor) do programa de privatização, colocando fim ao acordo espúrio firmado em maio de 2019 pelo governo Bolsonaro com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

O “acordo”, com a justificativa do incentivo à livre concorrência no mercado de refino, obrigava a estatal a vender metade do parque nacional de refino, um total de 8 refinarias. Três refinarias foram vendidas: Refinaria Landulpho Alves (RLAM), Refinaria Isaac Sabbá (Reman) e Unidade de Industrialização de Xisto (SIX).

O resultado que se viu no período foi o aumento do preço dos combustíveis e do gás de cozinha pelas refinarias privadas, como na Refinaria de Mataripe (ex-Rlam) na Bahia, entregue a fundo árabe.

A subsidiária Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A também foi retirada do plano de privatização. A subsidiária continuará respondendo por 51% das ações da TBG. O restante está dividido entre a belga BBPP Holdings e a boliviana YPFB Transporte.

No setor de gás, foram



Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar)/PR

privatizadas pelo governo Bolsonaro a Petrobrás Gás S.A. (Gaspetro) e as transportadoras Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e a Associada de Gás S.A (TAG), obrigando a estatal ter que pagar bilhões ao ano pelo aluguel dos gasodutos que lhe pertenciam.

Sob o governo Lula, o próximo plano da estatal prevê investimentos da ordem de US\$ 102 bilhões no quinquênio 2024-2028, o equivalente a R\$ 500 bilhões, um crescimento de 31% em relação ao plano atual (2023/2027), que vão da exploração e produção, a ampliação da sua capacidade de refino, transporte

No Dia da Indústria (25 de maio), líderes do setor defenderam reverter o processo de desindustrialização que afeta o país há décadas

Critica dos altos juros do Banco Central, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) defendeu, no Dia da Indústria (25 de maio), a consolidação no Brasil de uma política industrial, que possa levar o país para um círculo virtuoso de desenvolvimento sustentável.

“Ficamos décadas sem uma política industrial estruturada. Não se pode pensar em indústria sem planejamento”, disse o presidente da CNI, Ricardo Alban. “Estamos voltando a ter um Ministério de Indústria e a discutir uma política industrial. Nossa política é o desenvolvimento econômico e social. A indústria está na mesa. Cabe a nós fazermos dela o melhor prato possível”, cravou Alban, em evento do Dia da Indústria, realizado pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB).

A indústria brasileira – que segue enfrentando juros altos, política de câmbio que favorece as importações de manufaturados, entre outras ações que impõem desvantagem ao setor – neste ano comemora a retomada de uma política industrial – que ficou ausente por cerca de 40 anos no país, lembra o diretor de Desenvolvimento Industrial e Economia da CNI, Rafael Lucchesi.

“A atual política industrial é um ponto de inflexão importante. Nos últimos 40 anos sofremos com a ausência de uma política industrial mais clara, como houve na China. A política Nova Indústria Brasil (NIB) é moderna, mas não deve ser nunca uma política de governo e, sim, uma política de Estado. A continuidade disso cria um círculo virtuoso de desenvolvimento”, disse Lucchesi, em entrevista ao jornal “O Estado de S. Paulo”.

Com a política Nova Indústria Brasil (NIB), estratégia lançada pelo governo Lula em janeiro deste ano, o setor recebe um aporte de R\$ 300 bilhões, distribuídos até 2026, via linhas de crédito e recursos não reembolsáveis, com o objetivo de reverter o processo de desindustrialização, que afeta a economia brasileira há décadas.

Para a CNI, a estratégia NIB é “um bom ponto de partida”, mas “não é suficiente”. “O mundo está colocando US\$ 12 trilhões (R\$ 61 trilhões) em política industrial, o Brasil, US\$ 60 bilhões (R\$ 309 bilhões)”, constatou Lucchesi, que defende uma versão do “Plano Safra” para a indústria.

“O Brasil tem uma elevada competitividade no setor agrícola, que foi feito com um case bem-sucedido, onde o governo criou toda uma política de financiamento, que é o

Plano Safra. Foi criada há 20 anos com dinheiro público e tributação baixa com subvenção e subsídio. É uma agenda bem-sucedida, mostrando que o Brasil pode mudar uma situação. Partimos de uma situação em que o agro não era tão competitivo, e um conjunto de políticas públicas deu essa competitividade”, explica o economista.

Segundo a CNI, a atividade industrial no Brasil representa 25% do PIB brasileiro – sendo que a indústria de transformação corresponde a 15% – enquanto, a agricultura gira em torno de 7% do PIB.

“[A Nova Indústria Brasil] é um bom ponto de partida, não é suficiente, mas é importante para o Brasil sair do atraso, de uma visão de retrovisor, para o futuro. Estamos fazendo isso simultaneamente com outros países, o que é importante, pois há janelas de oportunidade que podem nos beneficiar”, afirmou Lucchesi.

JUROS ALTOS

A produção da indústria brasileira segue sendo hostilizada pelas altas taxas de juros no Brasil – impulsionadas pela política monetária contracionista do Banco Central (BC), que se estabelece pela taxa básica de juros da economia (Selic) em níveis elevados, hoje em 10,50% ao ano, para inibir os investimentos e a demanda por consumo de bens e serviços no país.

Com a taxa de juros nominal acima dos dois dígitos e a inflação em baixa, o setor produtivo está sendo submetido a uma carga de juros reais (descontada a inflação futura) próximas de 7%.

“É impraticável a continuidade do projeto de neointustrialização com altos níveis de taxa de juros”, criticou Alban, três semanas atrás, após o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC de reduzir o ritmo de redução da Selic, que vinha de 0,5 ponto de corte – a cada reunião desde agosto de 2023 – para 0,25 ponto percentual (p.p). “Reduzir o ritmo de corte da taxa básica tira a oportunidade de o Brasil alcançar mais prosperidade econômica, aumento de emprego e de renda”, disse Alban.

Segundo o último dado disponível pelo IBGE, em março deste ano, a produção industrial brasileira cresceu 0,9%, frente a fevereiro (0,1%), mas o avanço foi insuficiente para recuperar a perda de -1,1% marcada em janeiro deste ano. Por região, houve recuos em 10 de 15 localidades pesquisadas pelo IBGE, destaque para o Estado de São Paulo, queda de -0,4% em março, sendo segundo mês seguido em baixa. O Estado representa cerca de um terço da indústria brasileira.

Governo Lula abre crédito de R\$ 6,7 bi para importar arroz e combater a especulação

O governo federal abriu um crédito extraordinário de R\$ 6,69 bilhões para a compra de arroz importado, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com o objetivo de garantir não só o abastecimento em todo o país, mas para barrar a especulação dos preços do cereal, após as graves chuvas e enchentes que ainda atingem o Rio Grande do Sul, Estado que é responsável por 70% da produção de arroz do Brasil.

Ao todo, a União destinou até agora R\$ 7,2 bilhões para a importação de até 1 milhão de toneladas de arroz, cujo preço será tabelado em R\$ 4 por quilo para os consumidores brasileiros, que poderão ter acesso ao produto em mercados locais, supermercados e hipermercados, além de estabelecimentos comerciais com ampla rede de pontos de venda nas regiões metropolitanas, segundo informações da Agência Brasil.

“Esta semana fiquei meio nervoso porque vi o preço do arroz muito caro no supermercado”, comentou o presidente Lula, ontem (25), durante inauguração de obras viárias na rodovia Presidente Dutra, em Guarulhos (SP). “No pacote de 5 quilos, no supermercado estava R\$ 36, no outro [supermercado] estava R\$ 33”,

acrescentou o presidente.

Lula afirmou ainda que, “arroz e feijão é uma coisa que nós, brasileiros, não sabemos e não queremos abrir mão. Por isso, eles têm que estar no preço que o povo mais humilde e trabalhador possa comprar”, emendou. “Tomamos a decisão de importar um milhão de toneladas de arroz para que a gente possa equilibrar o preço do arroz neste País.”

Nesta semana, o governo federal também zerou o imposto de importação do arroz para países fora do bloco Mercosul, uma medida que será válida até o final de 2024.

A indústria brasileira de arroz anunciou a compra de 75 mil toneladas de arroz da Tailândia, com previsão de chegada em julho. Segundo a diretora-executiva da Abiarroz, Andressa Silva, a compra foi realizada na segunda semana de maio, independentemente da ação do governo federal de comprar arroz de outros países. No entanto, essa importação será beneficiada pela isenção de imposto, uma vez que o tributo é pago quando a mercadoria chega ao país de destino.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/governo-abre-credito-de-r-67-bi-para-importar-arroz-e-combater-a-especulacao/>

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
SUCURSAIS:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Itinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Comandante do Exército presente no RS
“Exército está dando resposta do tamanho da tragédia no RS”, diz general Tomás Paiva

O comandante do Exército, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, esteve em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, na terça-feira (21). Ele estava na companhia do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro. O general acompanha a atuação das tropas na instalação de passarelas, desobstrução e limpeza de vias, além da montagem de uma ponte móvel na RSC-287, entre Santa Maria e Quarta Colônia.

“É uma resposta na proporção do que aconteceu com o povo gaúcho. Nesse momento, o coração do Exército e do Brasil estão batendo aqui no Rio Grande do Sul. Então, nada melhor do que unir todas as forças: nossos militares do Exército, da Marinha, Força Aérea, as forças policiais, Brigada Militar, Polícia Civil. Está todo mundo junto com a Defesa Civil e os voluntários. Isso é muito importante para que nós mitiguemos o sofrimento da população”, disse o general.

“Estamos mudando de fase. A primeira foi emergencial, de resgate de pessoas. Agora é uma fase estabilização em que as pessoas estão voltando para casa, onde deverá ser feita a limpeza dos imóveis. Estamos empenhados em estabilizar a situação neste momento para que depois seja feita a reconstrução”, disse o general Paiva. O Ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, enfatizou que o Rio Grande do Sul está no coração de todos os brasileiros.

O comandante e o ministro foram recebidos na Base Aérea de Santa Maria pelo prefeito da cidade, Jorge Pozzobom e outras autoridades. Em conversa com os presentes, o General Tomás afirmou que 12 mil militares estão dispostos em diferentes regiões do Estado, participando inclusive de ações da Operação Taquari 2. No município, a comitiva seguiu até um trecho da RSC-287, próximo à ponte sobre o Arroio Grande, que desabou em 30 de abril.

Na manhã desta terça-feira, o Exército começou a atuar na montagem de uma ponte móvel, que permitirá o trânsito de veículos no sentido Santa Maria – Quarta Colônia.

Ponte sobre o Arroio Grande desabou no dia 30 de abril (reprodução)

O ministro José Múcio disse que “a prioridade absoluta de todos os estados e de toda a sociedade brasileira é fazer parte desse grupo de pessoas que quer ajudar os gaúchos na reconstrução do Estado”. “O RS é prioridade absoluta em todos os Ministérios. Na defesa, nós estamos aqui com quase 20 mil homens, oito navios e uma quantidade de equipamentos blindados do Exército, disponível não só para este momento de dificuldade mas para ajudar na reconstrução quando as águas forem embora”, destacou.

Em Canoas, eles visitaram a planta argentina para purificação de água, instalada na Base Aérea de Canoas. Militares argentinos criaram uma estação de tratamento de água, próximo a um açude das dependências da Seção de Polícia Montada do Grupo de Segurança e Defesa de Canoas para auxiliar no abastecimento de água. As duas plantas juntas produzem 14 mil litros de água purificada por dia, seja para beber ou até mesmo para realizar atividades simples e rotineiras, como tomar banho e lavar a roupa.

Polícia vai atrás de golpistas que bancaram ônibus para atacar Supremo, Planalto e Congresso

A PF (Polícia Federal) deflagrou, na quinta-feira (23), a 27ª fase da Operação Lesa Pátria, que busca identificar as pessoas envolvidas nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, quando a praça dos Três Poderes foi invadida e vandalizada, na tentativa de desfechar golpe de Estado.

A corporação cumpriu 18 mandados de busca e apreensão em 5 estados: São Paulo (7 mandatos), Paraná (7), Goiás (1), Mato Grosso (1) e Rondônia (2).

Os mandados foram expedidos pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Os agentes cumprem ainda 2 mandados de medidas de monitoramento, que é a torçãozeira eletrônica. Ademais, o

Supremo determinou a indisponibilidade de bens, ativos e valores dos investigados, mas a PF não divulgou o total.

Nesta fase, os alvos são suspeitos de terem financiado transporte/ônibus fretados, que levaram os vândalos à capital federal.

Estima-se que os danos causados ao patrimônio público cheguem entre R\$ 30 milhões e R\$ 40 milhões, segundo a PF.

A PRF (Polícia Rodoviária Federal) prendeu, em Naviraí, no Mato Grosso do Sul, um homem envolvido nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Ele era considerado foragido e estava tentando fugir para a Argentina.

Nessas condições, tra-se de réu confesso.

“Nunca deixem de reivindicar”, disse Lula para os servidores



Presidente foi inaugurar obras em rodovias na região metropolitana de São Paulo
“Israel tentou humilhar o Brasil. Embaixador não volta”, afirma ex-ministro Celso Amorim

O ex-ministro e assessor especial da Presidência, Celso Amorim, afirmou que o embaixador brasileiro Israel, Frederico Meyer, não voltará para a Embaixada após tentativa de Israel de humilhar o diplomata e o Brasil.

“Não havia alternativa. Nosso embaixador foi humilhado”, falou Amorim.

“Acho que ele não volta. Se vai outro eu não sei, mas ele não volta. Ele foi humilhado pessoalmente e, com isso, o Brasil é que foi humilhado. A intenção foi humilhar o Brasil”, continuou o assessor especial para assuntos internacionais.

Meyer foi chamado de volta para o Brasil em fevereiro como forma de resposta do Brasil à agressão do governo de Israel contra Meyer.

O pronunciamento de

PF rebate versão de Cid e conclui que espionagem era para prender Moraes

A Polícia Federal tem provas de que o grupo de Jair Bolsonaro espionou o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), com o objetivo de prendê-lo quando seu golpe fosse consumado.

A avaliação da corporação é de que o ex-ajudante de ordens Mauro Cid mentiu em sua declaração premiada ao dizer que o monitoramento ocorria para descobrir se Moraes estava se reunindo secretamente com Hamilton Mourão, que era vice de Bolsonaro. A informação é de Bela Megale, do jornal O Globo.

A PF já reuniu provas de que a versão contada por Cid é uma farsa: eles não queriam saber de suas reuniões, queriam conseguir prender Alexandre de Moraes nas primeiras horas depois de assinado o decreto golpista.

Nos relatórios que foram tornados públi-

Mourão diz que não é sua “função” ajudar vítimas das enchentes

O ex-vice-presidente e senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) afirmou, na sexta-feira (24), em entrevista à Rádio Gaúcha, não ser sua “função” estar presente no Rio Grande do Sul e ajudar a população gaúcha afetada pela maior tragédia climática.

O parlamentar também tentou atribuir a ausência dele junto à população gaúcha à idade — ele tem 70 anos. A justificativa, no entanto, gerou fortes críticas

Amorim aconteceu em resposta a alguns boatos nos últimos dias de que o embaixador estava voltando para retomar o cargo em Israel. Meyer retornou, mas não para retomar o cargo.

O chanceler israelense, Israel Katz, chamou Frederico Meyer para ir ao Museu do Holocausto em Tel Aviv. Lá, Katz deu um “sermão” e disse que o presidente Lula era “persona non grata até que retire o que disse”.

No dia anterior, Lula tinha falado que o massacre de palestinos realizado por Israel só pode ser comparado a “quando Hitler resolveu matar os judeus”.

Essa foi uma tentativa de constranger o governo do Brasil por ter uma postura firme contra o genocídio que o governo israelense está realizando contra os palestinos na Faixa

de Gaza.

Desde outubro, Israel já assassinou mais de 35,7 mil palestinos, além de ferir outros 80 mil. Calcula-se que 70% dos mortos eram crianças e mulheres.

Os bombardeios israelenses estão ocorrendo em toda a Faixa de Gaza, sem que haja nenhum local seguro para os civis.

Na sexta-feira (24), a Corte Internacional de Justiça (CJI), órgão da ONU, ordenou que Israel interrompa “imediatamente” seu ataque militar à cidade de Rafah, no sul de Gaza.

Essa cidade estava recebendo palestinos que fugiram de toda a Faixa de Gaza em busca de segurança. Segundo a Agência da ONU na Palestina (UNRWA), mais de 815 mil pessoas tiveram que sair de Rafah por conta do ataque.

Essas minutas de decreto foram levadas por Bolsonaro para os comandantes das Forças Armadas com o objetivo de conseguir apoio para o golpe, mas sem sucesso.

Os ex-comandantes do Exército, general Freire Gomes, e da Aeronáutica, brigadeiro Baptista Junior, confirmaram o caso em depoimento.

A expectativa dos investigadores é concluir o inquérito e enviar o relatório em junho.

“professora”. Os decretos golpistas produzidos pelo gabinete de Jair Bolsonaro determinavam “a prisão de diversas autoridades, entre as quais os ministros do STF, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, além do presidente do Senado Rodrigo Pacheco”.

Depois das alterações feitas diretamente por Jair, permaneceu no documento a prisão de Alexandre de Moraes. Essas minutas de decreto foram levadas por Bolsonaro para os comandantes das Forças Armadas com o objetivo de conseguir apoio para o golpe, mas sem sucesso.

Os ex-comandantes do Exército, general Freire Gomes, e da Aeronáutica, brigadeiro Baptista Junior, confirmaram o caso em depoimento.

Na entrevista, Mou-

ros também fez críticas aos voluntários que atualmente têm se empenhado em ajudar os gaúchos. Segundo o senador, até mesmo alguns parlamentares fazem “exploração política” da tragédia. Mais tergiversação.

“Eu vejo, muitas vezes, a presença de ‘ah, vou carregar um saco de ração, vou carregar uma doação’, isso acaba gerando uma visão de exploração política da tragédia das pessoas”, desconversou Mourão.

“Somente com muita luta é que o povo consegue ser ouvido nesse Brasil”, disse o presidente aos grevistas num evento em Guarulhos (SP), sábado (25) à tarde

O presidente Lula deu estímulo à presença de trabalhadores da educação federal que estão em greve em um ato em Guarulhos, realizado no sábado (25), e falou a eles que “nunca deixem de reivindicar, nunca abaxem a cabeça e se conformem”.

Os professores e demais trabalhadores de universidades e institutos federais estão em greve há mais de um mês exigindo recomposição dos salários.

No evento em Guarulhos, no qual Lula inaugurou uma série de obras em rodovias na região metropolitana de São Paulo, algumas pessoas carregavam cartazes dizendo “estamos em greve”.

Em discurso, Lula leu o cartaz e celebrou o direito democrático de lutar. “Que bom que vocês podem vir em um comício do Lula e levantar um cartaz dizendo que estão em greve”.

“Que maravilha que é garantir o direito democrático das pessoas lutarem, das pessoas reivindicarem e chegarem a um acordo no momento correto”, continuou.

“Até pouco tempo atrás, ninguém podia vir aqui e reclamar e o governo daquela época também não queria negociar. Agora vocês podem, porque nosso governo é democrático e sabe lidar com diferença e contradições”, disse o presidente.

Moraes apontou que existe um “descontrole total e absoluto das redes sociais, o que não é um descontrole anárquico, é dirigido. Esse é o grande perigo. Há método científico, há finalidade, há ideologia”.

A manifestação foi feita no encerramento do seminário “Inteligência Artificial, Democracia e Eleições”, que ocorreu na quarta-feira (22).

Para Moraes, “não é possível que o setor queira ser o único na história da humanidade a não ser regulamentado”.

O Projeto de Lei de Combate às Fake News (PL 2.630/20) está travado na Câmara dos Deputados após o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), escanteiar o relatório de Orlando Silva para criar um novo grupo de trabalho.

Alexandre de Moraes avalia que para a regulamentação “bastaria um artigo da lei ou uma interpretação que o STF [Supremo Tribunal Federal], brevemente, ao analisar o artigo 19” do Marco Civil da Internet.

“O que não pode no mundo real,

reprodução

Ministro Alexandre de Moraes

reprodução

No dia anterior, em um evento em Araraquara, o presidente Lula falou que “salário não é gasto. É investimento”.

“É preciso mudar o discurso. É preciso mudar o discurso. É preciso saber o que é gasto e o que é investimento”. Segundo ele, “se a pessoa estiver trabalhando feliz e motivada, ela produz o dobro. Ela se dedica muito mais e ela vai cumprir com toda a sua tarefa”.

O Ministério da Gestão enviou para os grevistas uma proposta que coloca reajustes em 2025 e 2026, sem nada imediato. A ministra Esther Dweck falou que não há “margem para recepção de novas contrapropostas”.

A ministra apontou que não tem “espaço” no orçamento para atender a reivindicação dos grevistas. “Temos de olhar também as demais categorias, para o resto do orçamento”, destacou.

O aumento dos salários contradiz a tentativa da equipe econômica, chefiada por Fernando Haddad, ministro da Fazenda, de estabelecer um “déficit zero” nas contas públicas.

As entidades que representam os trabalhadores em greve falaram em uma coletiva de imprensa que não vão assinar a proposta do governo. Para eles, a proposta “está muito longe de recompor as perdas salariais sofridas nos últimos anos”.

“Não são meros repositórios. São empresas que, dentro do capitalismo, querem lucrar. Não há problema com isso, mas têm que ser regulamentadas”.

Moraes: “as Big techs sabem e lucram com a desinformação”

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, afirmou que as redes sociais lucram com desinformação e discurso de ódio fascista e defendeu a regulamentação das plataformas digitais como forma de defender a democracia.

O presidente do TSE falou que “hoje não há a mínima possibilidade das big techs, as redes sociais, alegarem ignorância, que não sabem. Sabem e lucram com isso”.

Moraes apontou que existe um “descontrole total e absoluto das redes sociais, o que não é um descontrole anárquico, é dirigido. Esse é o grande perigo. Há método científico, há finalidade, há ideologia”.

A manifestação foi feita no encerramento do seminário “Inteligência Artificial, Democracia e Eleições”, que ocorreu na quarta-feira (22).

Para Moraes, “não é possível que o setor queira ser o único na história da humanidade a não ser regulamentado”.

O Projeto de Lei de Combate às Fake News (PL 2.630/20) está travado na Câmara dos Deputados após o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), escanteiar o relatório de Orlando Silva para criar um novo grupo de trabalho.

Alexandre de Moraes avalia que para a regulamentação “bastaria um artigo da lei ou uma interpretação que o STF [Supremo Tribunal Federal], brevemente, ao analisar o artigo 19” do Marco Civil da Internet.

“O que não pode no mundo real,

reprodução

reprodução

reprodução

reprodução

reprodução

Ratinho Júnior anuncia privatização de 200 escolas públicas do Paraná

Governador quer acabar com a escola pública, denuncia Sindicato dos Professores. Projeto prevê repasse para empresa privada contratar até professores

O governador Ratinho Júnior (PSD) anunciou pelas redes sociais nesta semana a criação de um projeto para privatizar escolas públicas no Paraná. Batizado de “Parceiro da Escola”, a proposta visa entregar 200 unidades de ensino ao setor privado. O projeto, que deve ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) na próxima semana, já é aplicado em duas escolas estaduais. De acordo com a APP Sindicato, entidade que representa a educação no Paraná, o Governo Ratinho Jr quer acabar com a escola pública no Estado.

Para a professora e presidenta da APP, Walkiria Mazeto, só a união da categoria será capaz de barrar o processo. “Sozinho é mais fácil ser punido. Todos juntos, o estado não tem condição de punição. Ele não vai demitir 60 mil professores(as), não vai demitir 30 mil PSS, não vai demitir 15 mil funcionários(as) de escola”, afirma.

“Nós precisaremos nos desafiar nesse momento a enfrentar essa estratégia usada pelo estado contra nós. Não é possível que nós sejamos mais de 60 mil professores(as), mais de 15 mil funcionários(as), chegando a quase 80 mil trabalhadores(as) da educação, e possamos nos submeter a essa estratégia do medo”, argumenta.

VENDENDO FACILIDADES

Ratinho negou que pretende privatizar parte das escolas públicas no estado. Segundo ele, apenas os serviços administrativos serão terceirizados. A ideia, de acordo com o governador, “não é nenhuma novidade” e as unidades que já fazem parte do projeto “tiveram uma transformação fantástica”. “Facilitação para o diretor”.

“Hoje (o diretor) fica numa pilha de documentos resolvendo a questão administrativa interna ao invés de estar cuidando da parte pedagógica”, diz Ratinho. Com isso, “nós estamos fazendo uma facilitação para o nosso diretor, para os nossos professores”, alega. “Professores que continuam sendo do Estado, os pedagogos que continuam sendo do Estado, o diretor continua sendo do Estado”, disse.

No entanto, na avaliação da APP, a parte pedagógica pode ficar prejudicada pela falta de vínculo entre os profissionais e a escola terceirizada caso o projeto seja aprovado. “Os professores, pela pressão que sofrerão, tendem a pedir remoção, isso porque o interesse da empresa é a obtenção de índices – que geram bonificações e mais

lucros – e assim preferem contratar professores(as) pela CLT”.

Sem estabilidade, esses profissionais podem ser demitidos a qualquer momento, pelos mais diversos motivos, avalia a entidade. “Por mais precário que seja o contrato PSS, há uma garantia de contrato por um ou dois anos, o que não ocorrerá pela contratação CLT. Os professores também não terão garantia de hora-atividade e cumprirão carga horária cheia”, diz nota do sindicato.

O Blog Politicamente cita que, entre os pontos destacados no projeto, está que a empresa que vai administrar a gestão fica encarregada da parte administrativa e de infraestrutura, como a contratação de pessoal de limpeza, merenda e professores não efetivos. Para aprovar o projeto, Ratinho Junior já se reuniu com sua base de apoio na Alep para discutir a proposta.

Projeto similar ao Parceiros da Escola fracassou em sua votação em 2022 para privatizar 29 escolas paranaenses. Na ocasião, o governador tentou impor o projeto a partir de um processo de votação recheado de vícios, pressão e abuso de poder econômico. Assim como todos os privatistas, Ratinho quer aprovar à toque de caixa a medida que terceiriza a educação pública. Para a oposição, a proposta do governo é absurda. “O governador Ratinho vai errar novamente. Errou ao terceirizar os funcionários de escola. E agora com a entrega de escolas públicas para a iniciativa privada”, afirma o deputado Professor Lemos (PT).

“Somos contra. Ele quer privatizar a administração de 200 escolas. Quer entregar dinheiro público para a empresa fazer a gestão das escolas. A proposta repassa R\$ 800 por aluno para uma empresa”, critica o parlamentar. “Se ele vai propor isso, dizendo que vai diminuir o custo, não está sendo verdadeiro. Se ele aplicar isso a todas as escolas do Paraná, é maior do que está previsto em 2024 em toda educação”, avalia.

A proposta não visa melhorar a educação do Estado e representa o repasse de recursos públicos ao setor privado. “É apenas um modelo para tirar dinheiro público e repassar para empresas. São mais de R\$ 2,4 bilhões para terceirização. Já vimos esse filme antes”, denuncia o deputado. “O estado gastava R\$ 18 milhões com os funcionários de escola. Passou a gastar mais de R\$ 40 milhões mensais, contratando menos funcionários, repassando lucro para apenas 14 empresários”, compara.

Porto Alegre inundou por falta de manutenção do sistema, denunciam mais de 40 engenheiros

As graves crises climática e ambiental, que assolam o Estado do Rio Grande do Sul, foram potencializadas por falhas das autoridades municipais e estaduais ao longo de várias gestões.

É o que comprova documento assinado por mais de 40 engenheiros e técnicos de saneamento, que afirma que o sistema de proteção contra inundações de Porto Alegre, capital do Estado, falhou porque não recebeu a manutenção devida e necessária.

O documento “Manifestação aos portoalegrenses sobre o sistema de proteção contra inundações de Porto Alegre”, além da denúncia, que escancara a falha das autoridades ao longo de várias gestões municipais, elenca as “medidas emergenciais para o funcionamento das casas de bombas”, que se estivessem em pleno funcionamento poderiam ter evitado a catástrofe na capital do Estado.

A capital gaúcha ainda está muito fragilizada, e o sistema de proteção contra cheias de Porto Alegre permanece impactado. Trata-se de obra de engenharia gigantesca que tem cerca de meio século: 68 km de diques cercam a cidade nas margens dos rios Gravataí e Guaíba.

Esses funcionam como muros, para evitar que a água entre na cidade. O sistema também é formado por 14 comportas que são fechadas quando o nível das águas sobe demais. Além disso, há 22 estações de bombeamento de água da chuva para o Guaíba.

BRECHAS

“A água entrou por brechas no sistema de diques e comportas. Para agravar o problema, várias casas de bombas tiveram que ser desligadas quando o nível da água atingiu a parte elétrica”, atesta

documento técnico.

“Esse sistema de comporta deveria ser fechado para impedir que água do rio chegue dentro da cidade. Mas o que a gente nota é uma distância, uma fenda de mais ou menos uns 40, 50 cm. Foi por esse ponto e vários outros aqui da capital gaúcha que a água do rio acabou invadindo a cidade”.

As mesmas comportas que permitiram a entrada da água no início da crise, pouco tempo depois também impediram que a água dos bairros voltasse para o Guaíba. Por isso, a prefeitura começou a derrubar algumas.

MONITORAMENTO

Com a chuva da última quinta-feira (22), todas as comportas abertas passaram a ser monitoradas. Enquanto a água das ruas continuava seguindo em direção ao Guaíba, como neste momento, não há necessidade de voltar a fechá-las.

Mas se as águas voltarem a invadir a cidade, esta comporta, por exemplo, que está danificada, será fechada de forma improvisada, com sacos cheios de areia e cimento que estão ao lado.

O diretor-geral adjunto do Dmae (Departamento Municipal de Água e Esgotos) alegou que melhorias já tinham sido feitas no sistema e que não havia como prever que os equipamentos não aguentariam a enchente.

“Assim como você compra um apartamento, o apartamento tem uma laje de suporte da sala que permite 150 kg por m². Ninguém vai fazer um teste de esforço para ver se a laje suporta 150 kg por m². Estamos acreditando que esse sistema foi concebido e construído e ele é capaz de suportar aquilo para o qual foi idealizado. Só que ele se mostrou que não foi”, disse Darcy Nunes dos Santos.



“O que Ratinho quer é repassar dinheiro público para empresas”, denunciam

Tarcísio quer que policiais escolham quais ocorrências poderão gravar com câmeras corporais em São Paulo

Os policiais militares poderão escolher se irão gravar ou não as ocorrências em São Paulo, de acordo com um edital publicado pelo Governo do Estado, na quarta-feira (22). O documento autoriza a contratação de 12 mil novas câmeras corporais para a Polícia Militar (PM) paulista.

Em declaração à imprensa, o governador Tarcísio de Freitas alegou que a mudança no armazenamento das câmeras se dá para “ter uma governança maior” do sistema.

Até o momento, 10.125 câmeras estão ativas no estado. Os equipamentos em uso serão substituídos pelos os que serão comprados após o edital.

Hoje a corporação conta com pouco mais de 10 mil câmeras que gravam de forma ininterrupta, sem que o policial precise ligá-las. Ele pode apenas acionar um dispositivo que melhora a qualidade da imagem e do áudio.

Com a mudança, caberá ao policial ligar a câmera para que



a gravação tenha início. Além disso, uma central também poderá fazer o acionamento caso ela perceba que o agente na rua descumpriu o protocolo e não ligou o equipamento.

A Secretaria da Segurança Pública, chefiada pelo ex-PM Guilherme Derrite, confirmou a alteração no sistema de gravação.

Ainda segundo a pasta, ao enviar uma equipe para uma ocorrência ou ao ser notificado por policiais na rua de um caso, o Copom (Centro de Operações

da Polícia Militar) terá condições de verificar se o equipamento foi acionado ou não pelo agente. Em caso negativo, o dispositivo poderá ser ligado remotamente pela central.

A Defensoria Pública de São Paulo e a ONG Conectas Direitos Humanos enviaram ao presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, um ofício em que demonstram preocupação com o novo plano estadual para o uso de câmeras corporais dos policiais militares.

Saresp aponta a piora da Educação Básica no primeiro ano da gestão Tarcísio em SP

Os resultados da avaliação da rede estadual de São Paulo, o Saresp, mostram que o desempenho na educação piorou em 2023, primeiro ano da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) à frente do governo do estado.

A média dos alunos nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) caiu 10 pontos em português e dois pontos em matemática em relação a 2022. O resultado foi ainda pior do que o registrado em 2021, durante a pandemia do coronavírus e com a maior parte dos alunos estudando remotamente. A nota também é a mais baixa dos últimos dez anos.

A média dos alunos do 9º ano, o último do ensino fundamental, foi de 234,4 em língua portuguesa e de 246,3 em matemática. De acordo com a avaliação, a nota foi a mais baixa nos últimos dez anos.

O resultado básico é considerado suficiente dentro dos parâmetros do Saresp. Isso quer dizer que os alunos deste nível demonstram domínio mínimo dos conteúdos, das competências e das habilidades, mas conseguem acompanhar a matéria no ano seguinte.

Os resultados do Saresp são motivo de preocupação, ainda mais em um período em que o governo apresenta uma proposta de corte de 5% do orçamento total da Educação do Estado. A proposta que altera a Constituição de São Paulo causará um archo de mais de R\$ 9 bilhões na verba da pasta.

Ao invés de investir para garantir a melhoria do desempenho dos estudantes, Tarcísio e seu secretário, Renato Feder, apresentam como solução uma política de corte orçamentário, desmonte das estruturas públicas e repressão contra aqueles que protestarem contra o seu negacionismo.



Protesto estudantil contra os cortes de Tarcísio

A União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES) afirma que os resultados do Saresp colocam em evidência a desastrosa gestão de Tarcísio e Feder na Educação de São Paulo.

“Os números divulgados pelo próprio governo são alarmantes: os níveis de conhecimento estão piores que pós-pandemia da COVID. Enquanto isso, a única medida apresentada por este governo para a área é o de cortar mais de R\$ 9 BILHOES do orçamento da pasta e reprimir os estudantes que protestam contra o desmonte da educação pública de São Paulo”, critica a entidade em nota.

“Precisamos ampliar ainda mais nossas mobilizações por mais investimentos na Educação. Contra o corte do orçamento e por escolas democráticas e sem intervenção policial. Não iremos parar de lutar por uma educação pública, gratuita e de qualidade, priorize o desenvolvimento e seja do tamanho dos nossos sonhos!”, ressaltam os estudantes.

Segundo a Secretaria da Educação, pela primeira vez na história, o Saresp de 2023 avaliou todas as turmas de anos finais do ensino funda-

mental, do 6º ao 9º ano e de todas as três séries do ensino médio. Essas últimas, no processo inédito do Provão Paulista Seriado. As médias do ensino médio não foram divulgadas.

A secretaria disse que agora avalia, além de língua portuguesa e matemática, todos os componentes do currículo para as duas últimas etapas da educação básica, incluindo história, geografia, língua inglesa, ciências, biologia, sociologia, filosofia, química e física.

Além disso, a pasta anunciou um novo formato de boletim. A partir deste ano, o modelo inédito passa a apresentar os resultados por escola e por disciplina. A proposta é que as escolas visualizem com mais clareza, em notas de 0 a 10, o desempenho geral da unidade de ensino.

Neste ano, o secretário da Educação, Renato Feder, anunciou que a bonificação dos professores está atrelada às notas do Saresp. Além das metas gerais das escolas, o bônus será, especificamente, de acordo com o desempenho dos estudantes nas disciplinas dos ensinos fundamental e médio que são avaliadas pelo Saresp.



MP recorrerá ao TSE contra decisão

TRE reconhece crimes, mas livra Claudio Castro da cassação do mandato

A Procuradoria Regional Eleitoral do Rio de Janeiro afirmou, nesta quinta (23), que vai recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) da decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) de absolver o governador Cláudio Castro das acusações de abuso de poder econômico e abuso de poder político.

Foi apontado pelo MPE que houve abuso de poder político e econômico envolvendo o financiamento de projetos e programas da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj) e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) em 2022.

A chamada “folha de pagamento secreta” no Ceperj e na Uerj envolvia 27 mil cargos temporários na Ceperj e 18 mil na Uerj. Os réus foram investigados por abuso de poder econômico, político, de autoridade e a utilização indevida dos meios de comunicação social.

Quatro dos sete membros do TRE-RJ divergiram do voto do relator, que havia encaminhado por cassar tanto o mandato de Castro quanto os do vice-governador Thiago Pampolha (MDB) e do presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Rodrigo Bacellar (União).

Na semana passada, apenas o relator do processo, o desembargador Peterson Barroso Simão, apresentou o voto, que foi favorável à denúncia. Na sequência, o desembargador Marcello Granado pediu vista, ao considerar que era necessário mais tempo para analisar o processo. Foi dele o primeiro voto da sessão contrário às denúncias e a favor da absolvição dos réus.

O desembargador defendeu que, apesar de não poder negar a existência de irregularidades, não há provas claras de que elas tenham impactado o resultado das eleições. Portanto, não caberia à justiça eleitoral julgar tais fatos.

“Não estou aqui eximindo o então governador e outros integrantes da sua cúpula política de qualquer responsabilidade relacionada às contratações da Ceperj. Até mesmo porque não é esse o escopo dessa justiça especializada. Mas não vejo evidente ilegalidade na edição do decreto mencionado pela acusação e pelo relator, não sendo possível extrair uma motivação de influenciar o pleito eleitoral de 2022”, disse Granado durante o voto.

Os outros três desembargadores que votaram pela absolvição dos réus foram Gerardo Carnevale Ney da Silva, Fernando Marques de Campos Cabral Filho e Kátia Valverde Junqueira. Dentre os argumentos, houve consenso de que, mesmo com a contratação irregular de quase 30 mil funcionários temporários para fins eleitorais, esse montante não teria como influenciar o total de quase cinco milhões de votos recebidos pela chapa de Cláudio Castro nas eleições de 2022. No mesmo sentido, não teriam causado prejuízo ao candidato derrotado, Marcelo Freixo, que teve pouco mais de dois milhões e trezentos mil votos.

O MPE disse que vai recorrer. “Os senhores ouviram o voto do presidente encerrando e ele mesmo mostrou ali, muito claro, as provas. A desembargadora doutora Daniela também detalhou todas as provas”, disse Oliveira. “E, claro, o relator, doutor Peterson. E todos os votos divergentes eles são contrários a essa jurisprudência do TSE. E, por isso, o Ministério Público Eleitoral virá a recorrer”, prosseguiu.

“As questões das ilegalidades, irregularidades deles está muito claro e é da seara do Ministério Público Estadual sobre essa apuração. Mas, o foco da ação desde o início na minha fala de sustentação sempre foi o uso eleitoral desses projetos. Isso ficou muito claro nos testemunhos”, explicou a procuradora.

FREIXO TAMBÉM RECORRERÁ

Um dos autores da ação contra Castro, o ex-deputado federal Marcelo Freixo (PT), atual presidente da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), também recorrerá da decisão de hoje no TSE. Ele ficou na segunda colocação na eleição para o governo fluminense em 2022.

Freixo afirmou que Castro responde por denúncias de corrupção no STJ. “Não é só com a Justiça Eleitoral que você tem que se preocupar, com a criminal também, afinal você responde denúncia por corrupção no STJ. O final dessa história é trágico e o povo do RJ infelizmente já conhece”, escreveu o presidente da Embratur.

“Eu já ganhei e já perdi eleições, Cláudio Castro. Todas elas disputadas por mim de forma limpa e democrática, sem contratar quase 30 mil funcionários-fantasma para fazer campanha e sem desviar dinheiro público”, disse Freixo.

O advogado de Freixo, Paulo Henrique Fagundes, afirmou após o fim da sessão que é preciso acatar a decisão e respeitá-la, mas sem tirar o direito de divergir. “E por divergir, nós vamos buscar submeter a questão ao TSE para que faça um novo julgamento”, explicou Fagundes.

Fagundes Telles trouxe números de servidores que atuam em outros departamentos do estado para dimensionar o que representava a “folha de pagamento secreta” da Ceperj. Citou o exemplo dos professores da rede pública, que estão contabilizados em 27.665. E acusou o governador de ter desfigurado completamente o órgão para funcionar como uma máquina de campanha eleitoral.

Servidores repudiam ultimato do governo para acordo sem reajuste

Sem reajuste em 2024, greve continua, afirmam servidores da Educação federal

O Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (Andes) condenou a postura do governo federal, que, através de e-mail enviado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), deu um ultimato às entidades da Educação, afirmando que a reunião de segunda-feira (27) da Mesa de Negociação Específica e Temporária será apenas para assinar acordo e que não receberá novas contrapropostas.

Para o presidente do Andes, Gustavo Seferian, “o governo federal expressa, com essa mensagem, uma imensa intransigência com o processo negocial, para além de um desrespeito com a dinâmica grevista. Ainda que as rodadas de negociação estivessem em um compasso lento, elas vinham ocorrendo com mesas e espaços de interlocução”. “Quando o governo passa a agir de forma ultimata, fere princípios elementares do movimento sindical e da negociação coletiva. Nós, professores e professoras em greve, queremos negociar, seguir um bom compasso de partilhas entre propostas e contrapropostas que se estabeleceu na greve, e caso a base da categoria entenda por apresentar uma nova contraproposta, será essa nossa ação no dia 27 de maio!”, ressaltou Seferian.

Em trecho do e-mail divulgado pela entidade, o governo afirma que publicações em redes sociais e reportagens informam que o encontro agendado para a próxima segunda-feira (27) seria continuidade do processo negocial, mas que, para o governo, a pauta é a assinatura do acordo.

“Esclarecemos que em reunião da mesa realizada no dia 15/05/2024, o governo apresentou a sua proposta final e foi acordado com as entidades representativas dos servidores e servidoras, docentes das universidades públicas federais, que a proposta seria submetida às assembleias da categoria e que o encontro do dia 27/05 seria convocado para assinatura do Termo de Acordo, não restando por tanto, margem para recepção de novas contrapropostas”, afirma o texto encaminhado pela Deret/SRT/MGI.

A entidade ressalta que não é a primeira vez que o direito de greve é colo-

cado em xeque pelo MGI. De acordo com o Andes, já no dia 19 de abril, na mesa de negociação com a bancada sindical, os representantes do governo apresentaram um termo que condicionava a continuidade das negociações ao encerramento das greves. “Após denúncia das entidades sindicais, o ataque foi retirado. Ao afirmar [desta vez] que não há margem para novas contrapropostas, o governo interrompe unilateralmente o processo de negociação”, disse o Andes em nota.

As entidades da Educação vêm repudiando a proposta do governo de manter o reajuste zero em 2024, com índices de correção apenas a partir de 2025.

“Nós, que estamos com 58 instituições paralisadas, não vamos nos intimidar com uma declaração que não representa uma perspectiva democrática, de um governo que se coloca na fronteira da busca do debate com a classe trabalhadora. Então, há uma contradição nesse e-mail enviado. Nesse sentido, nós vamos continuar nesse movimento”, afirmou Ari Loureiro, representante do Comando de Greve da Associação de Docentes da Universidade Federal do Pará (Adufpa Seção Sindical), no Comando Nacional de Greve (CNG).

Loureiro contou ainda que os CNGs do Andes e do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica (Sinasefe) estiveram na tarde desta terça-feira (21) com o presidente da Comissão de Educação do Senado, senador Flávio Arns, que fez contato telefônico com assessor direto da ministra Esther Dweck, do MGI, cobrando a manutenção de negociação com as categorias da educação federal em greve.

“Fechar a porta é negar o processo histórico de uma sociedade, de um governo que busca esse diálogo com a classe trabalhadora. Será uma grande traição com o movimento grevista, com quase 100 mil trabalhadores e trabalhadoras da educação que estão paralisados. Não vamos admitir, queremos manter sim o diálogo, e que seja menos intransigente e que seja mais plausível essa nossa construção e com certeza nós vamos chegar a um acordo que seja dessa base, Andes, Sinasefe e Fasubra”, completou Loureiro.

Sem acordo, técnico-administrativos defendem que greve seja mantida

As entidades sindicais dos técnico-administrativos em Educação, que se reuniram ontem (21) com o Ministério da Gestão e Inovação (MGI) em mais uma mesa de negociação sobre reajuste e reestruturação de carreiras, consideraram o encontro “decepcionante”.

Sem acordo, e com a insistência do governo em manter o reajuste zero em 2024, entidades como a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) e o Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub) consideram que a greve da categoria, iniciada em março, deve continuar, embora as entidades ainda tenham até o dia 28 de maio para oficializar uma resposta sobre a proposta do governo

e a continuidade da greve. Os servidores reivindicam reajuste salarial de 10,34% divididos em três parcelas em 2024, 2025 e 2026. A proposta do governo, no entanto, permanece a mesma em relação a 2024, com reajuste zero, e 9% em 2025. Para 2026, houve um aumento na proposta, que passou de 3,5% para 5%.

Agora, as entidades vão levar a proposta para discussão em assembleias da categoria em todo o país, para aprovação ou não. De acordo com as entidades, “por enquanto, a palavra de ordem é: a greve continua”. Enquanto ocorria a reunião na sede do MGI, técnicos, docentes e estudantes se juntaram em uma grande marcha na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Portando faixas e cartazes os manifestantes protestaram em defesa de mais verba para a educação, pela reestruturação das carreiras e recomposição salarial.



MPT investiga ameaças de demissão e intimidações no Rio Grande do Sul

Em meio à calamidade que assola a população do Rio Grande do Sul, os trabalhadores gaúchos estão tendo que enfrentar mais um descalçador: a ameaça de demissão por parte de alguns empregadores, caso não compareçam ao trabalho.

Conforme o Ministério Público do Trabalho (MPT), já foram registradas mais de cem denúncias de ameaças de demissões ou constrangimento para forçar trabalhadores a retornarem ao serviço, independente se essas pessoas estão com suas casas inundadas, morando em abrigos, se perderam tudo que tinham ou, ainda pior, perderam familiares ou entes próximos.

De acordo com informações divulgadas pelo colunista do UOL, Carlos Juliano Barros, dados de um gabinete de crise montado pelo MPT mostram que, das 121 denúncias registradas até a segunda-feira (20), 72 são de trabalhadores que sofreram ameaça de demissão caso não comparecessem ao serviço em áreas de risco.

O Ministério Público também investiga casos em que empregadores exigem que os funcionários enviem fotografias das suas casas alagadas para justificar a impossibilidade de retorno ao trabalho.

Para atender a esses casos, o MPT está orientando as prefeituras a emitir um atestado às vítimas da enchente. “A emissão é, evidentemente, eletrônica, porque nós sabemos das dificuldades”, afirma José de Lima Ramos Pereira, procurador-geral do MPT.

Segundo o procurador, as circunstâncias exigem “diálogo social”. Ele diz que, neste momento, “conflito judicial não interessa a ninguém”. Mas, segundo ele, os trabalhadores que tiveram condições de retornar ao serviço devem comparecer. “Não existe ‘fechou geral’. Aí você realmente criaria um caos absoluto”, disse.

Para enfrentar esses e outros ataques aos direitos trabalhistas, as centrais sindicais se reuniram com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, na quinta-feira (16), defendendo medidas para enfrentar a tragédia e garantir a proteção dos empregos no estado.

No encontro, a CTB entregou um documento ao ministro Marinho afirmando que “o temor da perda do emprego e da renda, a ameaça de descontos de dias de falta para quem não tem condições de retornar ao trabalho, a necessidade de reconstruir suas casas e a incerteza econômica são algumas das circunstâncias que afetam especialmente a classe trabalhadora do Rio Grande do Sul”.

A defesa dos trabalhadores também foi pauta de reunião entre o MTE e a Fecomércio-RS, que apresentou um pedido de pagamento do benefício emergencial aos trabalhadores gaúchos, como forma de garantir empregos.

A proposta tem como base a Lei 14.437, de 2022, aprovada em meio à pandemia de covid-19 para flexibilizar regras trabalhistas durante períodos de calamidade pública.

Ipea: Jornada de trabalhadores por aplicativos aumentou e renda caiu

Dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que, nos últimos dez anos, a vida dos trabalhadores por aplicativos só piorou: eles trabalham mais para alcançar renda cada vez menor. Os dados apontam também que cada vez mais trabalhadores têm nas plataformas digitais a sua principal fonte de renda.

O estudo “Plataformização e Precarização do Trabalho de Motoristas e Entregadores no Brasil” aponta que de 2012 a 2022, o número de motoristas por aplicativo passou de 400 mil para 1 milhão e que o rendimento encolheu. Em 2012 o rendimento médio era de R\$ 3.100 e, em 2022, os motoristas têm que trabalhar mais para alcançar um rendimento médio de R\$ 2.400.

O estudo aponta que o mesmo acontece com os entregadores por aplicativos. Em 2015, eram 56 mil entregadores com renda média de R\$ 2.250,00. Esse número saltou para 366 mil em 2021, com renda média de R\$ 1.650,00, com uma pequena melhora em 2022, quando passou para cerca de R\$ 1.800.

Segundo o pesquisador Sandro Sacchet, o crescimento da chamada “plataformização” do trabalho levou à precarização do trabalho de motoristas e entregadores de aplicativos.

“O levantamento aponta que houve aumento da jornada de trabalho, chegando até a acima de 60 horas, o que vai na contramão de toda a tendência do mercado de trabalho, que foi de reduzir as jornadas de trabalho mais longas”, afirmou Sacchet. De acordo com ele, a jornada de trabalho dos motoristas

autônomos é bem maior do que a média dos trabalhadores brasileiros.

“A expansão dos trabalhadores por meio de plataformas representa claramente um processo de precarização do trabalho representando uma menor renda, menor contribuição previdenciária e maiores jornadas”, avalia.

O estudo aponta ainda que a contribuição previdenciária dos trabalhadores por aplicativos também caiu. Enquanto os trabalhadores de maneira geral passaram a contribuir mais para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a contribuição de motoristas por aplicativos recuou de 47,8% em 2015 para 24,8% em 2023.

Para Sandro Sacchet, “antes, mesmo os motociclistas que trabalhavam com malotes e entregas, cerca de 40% ainda eram formais. No caso dos motociclistas no setor de Comércio e Alimentação, era alta a proporção de formais. Mas mesmo nesse setor, houve uma forte queda da formalização, mostrando que a competição da ‘plataformização’ acabou dificultando”.

De acordo com os pesquisadores e técnicos do Ipea que conduziram a pesquisa, mesmo o estudo concluindo que “o modelo de trabalho plataformizado se baseia em um vetor de precarização, representando, por um lado, menores patamares de renda, formalização e contribuição previdenciária, e, por outro lado, maiores jornadas semanais de trabalho”, muitos trabalhadores erroneamente ainda “reproduzem a narrativa (ou ideologia)” de que são “empreendedores de si mesmos”.



Centrais cobram medidas para proteção do emprego e renda dos trabalhadores no RS

Em reunião com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, na última quinta-feira (16), as centrais sindicais defenderam a necessidade de medidas para o enfrentamento da calamidade no Rio Grande do Sul, com a garantia de proteção dos empregos e direitos trabalhistas.

O presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no estado (CTB-RS), Guiomar Vidor, destacou a importância da participação das entidades sindicais mediante acordos ou convenções coletivas para o uso das medidas excepcionais e para fiscalizar o bom emprego das alternativas legais com objetivo de proteger os empregos e as famílias trabalhadoras gaúchas.

Em documento entregue a Marinho, a CTB destacou que “o temor da perda do emprego e da renda, a ameaça de descontos de dias de falta para quem não tem condições de retornar ao trabalho, a necessidade de reconstruir suas casas e a incerteza econômica são algumas das circunstâncias que afetam especialmente a classe trabalhadora do Rio Grande do Sul”, diz o documento.

Entre as propostas apresentadas pela entidade, estão: um novo programa de Programa Emergencial de Manutenção do

Emprego e da Renda, com a possibilidade de suspensão temporária do contrato de trabalho, com o consequente pagamento do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEM), como o aprovado pelo Congresso Nacional durante o período da pandemia; o abono de falta de trabalhadores que se encontram desabrigados, seja nas casas de parentes e amigos; proibição de demissões de trabalhadores desabrigados ou de empresas em situações que impeçam o retorno das atividades, sendo estes contratos considerados suspensos.

Além disso, a CTB propõe que seja criado um auxílio emergencial para as mulheres trabalhadoras autônomas, considerando que o trabalho autônomo cresceu muito durante e após a pandemia de Covid-19, chegando a atingir 55% das mulheres brasileiras.

“Esse novo cenário, em muitos casos, pode ser explicado pelo fato de as mulheres assumirem muito mais afazeres domésticos, cuidados com os filhos e a família, necessitando de horários mais flexíveis de trabalho. Considerando que esse trabalho autônomo seja informal, muitas mulheres atingidas pela enchente que devastou nosso estado, não estão contempladas por nenhum

programa anunciado até o presente momento. Portanto, é preciso ações ou programas específicos que auxiliem diretamente as mulheres que trabalham na informalidade e que foram atingidas, direta ou indiretamente, por esta tragédia”, diz o documento.

“Vivemos um momento de excepcionalidade. Precisamos escutar todos os envolvidos neste processo, e estamos entendendo que é preciso ter uma mesa de negociação para consolidar um processo de negociação dos empregos no RS”, ressaltou o ministro Marinho, que também já se reuniu com as Confederações de Trabalhadores para debater o assunto dos empregos no estado.

A CUT-RS também apresentou documento com propostas na mesma direção. Entre as propostas estão a liberação total do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para os trabalhadores que tiveram suas propriedades e bens destruídos; linhas de crédito facilitado para empresas atingidas pelas enchentes desde que apresente contrapartida de manutenção dos empregos; lançamento de um programa de auxílio emergencial para complementação de renda em casos de redução salarial; entre outras.



Trump é investigado pela venda de mandato às petroleiras por US\$ 1 bi



Premiê Sunak convoca eleições antecipadas Com conservadores em baixa, premiê dissolve parlamento e antecipa eleições inglesas

Com seu partido 20 pontos percentuais atrás da oposição trabalhista nas pesquisas eleitorais, o premiê conservador Rishi Sunak dissolveu o parlamento e convocou eleições gerais antecipadas no Reino Unido para o dia 4 de julho, com o país esgotado sob 14 anos de neothatcherismo, projeto do Brexit em crise aberta, o NHS rebentando e dois anos de indigestível estagnação, a campanha eleitoral já começou.

O Escritório de Estatísticas Nacionais (o 'IBGE' britânico) disse que a economia cresceu 0,1% em 2023 em comparação com 2022. O Banco da Inglaterra afirmou esperar que a produção aumente ligeiramente em 2024, mas apenas 0,25%.

Em 2022, sob o peso da alta de juros e da inflação decorrente da guerra por procuração da Otan contra a Rússia na Ucrânia (alta do preço da energia), o Reino Unido viveu uma onda de greves, que chegou a 2 milhões de trabalhadores no ápice e ensaiou uma crise bancária.

Para analistas, a aposta de Sunak se deve a que a derrocada eleitoral só pioraria se a eleição fosse deixada para novembro ou dezembro, como era esperado. De acordo com a pesquisa YouGov MRP de abril, os trabalhistas estão a caminho de vencer facilmente, com 48% contra 29% dos conservadores. A situação é tal que 65 deputados conservadores desistiram de tentar a reeleição.

Um conservador descreveu "pânico na sala de chá" e disse que "todos [ficaram] mortificados" com a decisão do premiê, que uma figura importante à direita do partido descreveu como "loucura", registrou o jornal progressista Morning Star.

A presidente do movimento Momentum, Kate Dove, chamou a "tirar os tories". "14 anos de austeridade conservadora quebraram a Grã-Bretanha: o nosso NHS e os nossos serviços públicos estão sem financiamento e de joelhos, a nossa água privatizada cheia de esgotos, uma crise habitacional contínua, enquanto os poucos ricos riem a caminho do banco".

POODLE DE PLANTÃO

A escolha do 4 de julho – o "Independence Day" em Washington – curiosamente reflete uma característica da atual eleição no Reino Unido, que de certa forma repete a triste 'escolha' enfrentada pelos norte-americanos em novembro, entre 'Genocídio Joe' e o candidato a Führer Trump, só que no caso para 'decidir' quem será o novo poodle de plantão em Downing Street 10, papel que Sunak tem desempenhado o melhor que pode, depois do brilhante de Boris Johnson, que de tão esgozado até foi a Kiev levar o recado de Biden, durante as conversações de Istambul, proibindo fazer um acordo de neutralidade com a Rússia, que teria evitado dois anos de guerra.

Mas como poodle, ninguém chega aos pés de Tony Blair, o guia espiritual de Sir Keir Starmer, com sua performance junto a W. Bush no Iraque e demais guerras sem fim.

Mas como quem não tem cão caça com gato, se é para se livrar de 14 anos dos conservadores, de acordo com as pesquisas, até Starmer serve, pelo menos por um tempo, embora tenha uma folha corrida que faz inveja a muito pilantra. Como procurador-geral do último governo trabalhista, Stamer organizou a perseguição judicial ao fundador do WikiLeaks, Julian Assange, pavimentando o caminho para forçá-lo a se exilar na Embaixada do Equador, de onde sairia para a 'Guantánamo britânica' e o processo de extradição sob Trump.

Na luta interna no trabalhismo, Starmer promoveu um golpe contra o então líder Jeremy Corbyn, sob a farsa de que era "antissemita", por historicamente apoiar a luta de libertação dos palestinos contra o apartheid e a ocupação. A caça às bruxas no trabalhismo chegou a tal ponto que Corbyn, deputado há 41 anos em seu distrito eleitoral, teve que se candidatar como independente. Ele e outros parlamentares progressistas tiveram legenda negada.

Sunak, em seu favor, pode alegar que seu mandato não foi pior do que o de sua antecessora, Madame Truss, que se achava uma Thatcher rediviva, e que caiu do cargo com um plano econômico kamikaze que conseguiu a façanha de desagradar a todos, de operários até especuladores, por derrubar a libra esterlina e quase quebrar fundos de pensão, ao propor o corte de impostos dos mais ricos bancado com endividamento público e arrocho dos gastos sociais via congelamento dos recursos – sob a maior inflação em 40 anos e com contas de energia na estratosfera, efeito colateral das sanções contra a Rússia. Fora Truss que havia sido escalada para substituir Boris Johnson.

A antecipação das eleições forçou Sunak a admitir que um dos seus projetos mais acalentados, o dos voos de deportação de imigrantes para Ruanda, terá de ficar para depois do pleito.

Segundo o primeiro-ministro em estado terminal, a eleição acontecerá "em um momento em que o mundo está mais perigoso do que tem sido desde o fim da Guerra Fria. Essa guerra também tornou muito claro o risco para nossa segurança energética".

Ainda teceu loas aos genocidas no poder em Jerusalém e acusou "extremistas" de buscarem "minar nossos valores aqui em casa"; a China, de "procurar dominar o século 21 roubando a liderança em tecnologia" e aos "estados hostis" de supostamente insuflarem a imigração para "ameaçar a integridade de nossas fronteiras".

Sunak também asseverou na tevê que "a estabilidade econômica está agora regressando ao país" e a melhora da economia está "dobrando a esquina", embora haja admitido que "nem todos estão sentindo todos os benefícios disso ainda".

NO SUFOCO

A crise do custo de vida "ainda não acabou", diz o secretário-geral da central sindical TUC, Paul Nowak. "Milhões de pessoas no país estão paulo tendo que cortar itens essenciais do dia a dia enquanto lutam para sobreviver." Uma pesquisa da TUC revela que 58% da população diz que o padrão de vida não melhorou este ano, enquanto apenas 14% acredita que melhorou, com muitos se aprofundando ainda mais em dívidas.

Analistas também condenam o apoio ativo do governo Sunak ao genocídio de Israel em Gaza, seu empenho em prolongar a guerra na Ucrânia.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br



Senadora democrata Whitehouse exige inquérito sobre lobby de Trump

Atriz Cate Blanchett desfila as cores da Palestina no Festival de Cinema de Cannes

A atriz australiana driblou a censura imposta a "temas políticos" pela direção do Festival exibindo seu vestido verde, rosa claro, quase branco, e preto, que completou as cores da bandeira palestina ao pisar o tapete vermelho. Um vestido com a frente preta, as costas rosa claro e o forro interno verde, compuseram – com o famoso tapete vermelho do festival de cinema de Cannes – a bandeira Palestina, reiterando o apoio da atriz australiana Cate Blanchett à luta de resistência dos habitantes da Faixa de Gaza contra o genocídio promovido pelas tropas israelenses.

Ao segurar o forro verde, conformando a comunhão de cores, Blanchett exibiu diante das câmeras de todo o mundo a solidariedade que tem demonstrado nas suas redes sociais para denunciar a agressão sionista. Ela é militante do movimento Artists-4Ceasefire (Artistas por Cessar-Fogo, que inclui celebridades, diretores e artistas famosas como Susan Sarandon e Jennifer Lopez) que enviará uma carta ao presidente dos EUA, Joe Biden,



A atriz Cate Blanchett no 77º Festival de Cannes

para que se posicione em defesa de um imediato cessar-fogo em Gaza.

Demonstrando que um gesto vale mais do que mil palavras, a atriz também driblou de forma inteligente e perspicaz a grotesca censura imposta pela direção do 77º Festival de Cinema de Cannes contra "protestos políticos" durante os 11 dias da badalada atividade cinematográfica.

Em novembro, Cate Blanchett discursou na sessão plenária do Parlamento Europeu e apelou por "um cessar-fogo humanitário imediato". Recordando que sua nacionalidade não era israelense nem palestina, "mas uma testemunha" dos abusos que vêm sendo cometidos,

ênfaticamente enfatizou a necessidade da intervenção do fim da intervenção bélica. Afinal, apontou, "tendo testemunhado o custo humano da guerra, da violência e da perseguição que visita refugiados de todo o mundo, não consigo desviar o olhar".

Cate Blanchett trabalha com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) desde 2015 e foi nomeada embaixadora da Boa Vontade em 2016. Entre as ações, realizou missões com o ACNUR à Jordânia em 2015, ao Líbano em 2016 e ao Bangladesh em 2018 para promover encontros de refugiados e apontar para a solução de problemas humanitários nestas áreas.

Milhões de iranianos participam do adeus ao presidente Ebrahim Raisi

Mais de três milhões de pessoas participaram na quinta-feira (23) em Mashad, no nordeste do Irã, das homenagens finais ao presidente Ebrahim Raisi, que morreu no domingo na queda do helicóptero que o transportava e ao chanceler iraniano, Hosein Amir Abdollahian, segundo a Hispan TV.

Flores foram jogadas no caixão de Raisi, levado lentamente por um caminhão, por entre a multidão. Ele foi enterrado no santuário Imam Reza, com cúpula dourada, o local islâmico mais sagrado do Irã e reverenciado como o local de descanso do Imam Ali al-Reza, do século IX.

Mashad é a cidade natal de Raisi. Antes, o cortejo havia passado por Birjand, onde milhares de pessoas prestaram suas homenagens.

Nos cinco dias de luto oficial, milhões mais se despediram de Raisi em Tabriz, Qom e na capital, Teerã. Na quarta-feira, na Universidade de Teerã uma multidão assistiu à oração fúnebre, encabeçada pelo Aiatolá Ali Khamenei. 68 delegações estrangeiras se fizeram presentes.

No adeus ao presidente Raisi, multidões expressaram seu apreço pela revolução iraniana e pela causa da libertação da Palestina. O Irã "perdeu um servo sincero e valioso", afirmou Khamenei.

Por sua vez, o governo descreveu Raisi como "um presidente trabalhador e incansável" que dedicou sua vida a "servir ao grande povo do Irã no caminho para o avanço e progresso do país". Nesse sentido, ressaltou que o presidente "cumpriu sua promessa e sacrificou sua



Despedida do presidente lotou a capital Teerã

vida pela nação".

A queda do helicóptero se deu após cerimônia de inauguração de uma barragem juntamente com o seu homólogo do Azerbaijão, Ilham Aliyev, na província do Azerbaijão Oriental.

Na Assembleia Geral da ONU, os embaixadores observaram um minuto de silêncio em relação ao presidente morto, enquanto o presidente da AGNU, Dennis Francis, expressava suas condolências ao povo e ao governo iraniano. O ex-chanceler Amirabdollahian foi homenageado em uma cerimônia no Ministério das Relações Exteriores em Teerã. O corpo do ministro foi enterrado ao sul de Teerã, no santuário Shah Abdolazim da cidade de Rey, um mausoléu onde dirigentes e artistas iranianos estão enterrados.

Conforme a constituição iraniana, o vice Mohammed Mokhber assume a presidência interinamente, até a eleição já

marcada para dia 28 de junho.

Sob Raisi, o Irã completou seu processo de se tornar membro pleno da Organização de Cooperação de Xangai e membro do Brics e ampliou os vínculos estratégicos com a China e com a Rússia. Sob mediação de Pequim, reatou as relações com a Arábia Saudita.

Não se submeteu à tentativa do governo Biden de impor ainda mais restrições à soberania iraniana usando o rompimento por Trump dos acordos JCPOA assinados por Obama.

Também manteve o papel ímpar do Irã no apoio à Síria, aos irmãos libaneses e aos iranianos imenitas, e especialmente à luta de libertação palestina. Foi em seu governo que teve fim, em resposta ao ataque do governo israelense à embaixada iraniana em Damasco, o unilateralismo no campo militar que vigorava no Oriente Médio, com o Irã advertindo Israel que, daqui em diante, se atacar, receberá o troco direta e prontamente.

"Uma transação tão óbvia de política por dinheiro cheira a compadrio e corrupção", assinalaram os presidentes dos comitês de Orçamento e de Finanças do Senado

Três presidentes democratas de comitês do Senado dos EUA abriram uma investigação sobre o oferecimento, em abril, pelo virtual candidato republicano a presidente, Donald Trump, de um bonanza fiscal e ambiental para as corporações do petróleo, as Big Oil, no jargão político, em troca de US\$ 1 bilhão para financiar sua campanha, convite à corrupção que o Washington Post registrou.

"Essa solicitação, juntamente com relatos preocupantes de que interesses de combustíveis fósseis e outras empresas têm elaborado linguagem para uso em ordens executivas favoráveis a seus negócios durante um possível segundo governo Trump, exigem investigação adicional imediata", afirmaram o presidente do Comitê de Orçamento do Senado, Sheldon Whitehouse, e o do Comitê de Finanças do Senado, Ron Wyden.

"Uma transação tão óbvia de políticas por dinheiro cheira a compadrio e corrupção", eles assinalaram. A abertura da investigação foi motivada, também, por acintosa arrecadação de fundos para Trump, organizada pelo Big Oil no Texas.

De acordo com o Post, Trump se comprometeu a acabar com as políticas climáticas implementadas sob o presidente democrata Joe Biden se a indústria de combustíveis fósseis arrecadasse US\$ 1 bilhão para sua campanha presidencial de 2024.

Cartas do Senado exigindo esclarecimentos foram enviadas ao American Petroleum Institute (API) e a oito empresas, Exxon-Mobil, Chevron, Occidental Petroleum, Chesapeake Energy, Cheniere Energy, Continental Resources, EQT Corporation e Venture Global LNG, que teriam participado da discussão do "quid pro quo" em reunião com Trump em sua mansão de Mar-a-Lago. Respostas e documentos deverão ser apresentados ao Senado até 6 de junho.

"De acordo com relatos, o Sr. Trump assumiu compromissos políticos específicos, incluindo promessas de leiloar mais arrendamentos de petróleo e gás em terras federais e em águas federais, reverter os padrões de poluição para novos carros e acabar com as restrições de perfuração no Artigo do Alasca", detalharam. Ele também prometeu encerrar a pausa em novas licenças para exportações de gás natural liquefeito (GNL), supostamente se comprometendo a fazê-lo "no primeiro dia", denunciaram os senadores Whitehouse e Wyden.

"QUID PRO QUO"

Como registrou o portal Common Dreams, Trump chamou o arranjo proposto de "acordo" para executivos, dados os benefícios fiscais e regulatórios que ele entregaria para as grandes empresas e executivos de petróleo.

Ainda de acordo com Common Dreams, "uma análise descobriu que, se os executivos

do setor aceitassem Trump em sua oferta de US\$ 1 bilhão – que foi subestimada pelo noticiário a cabo – haveria um grande retorno sobre o investimento para as empresas, que desfrutariam de cerca de US\$ 110 bilhões apenas com as isenções fiscais".

"A oferta flagrante de quid pro quo do Sr. Trump é particularmente preocupante à luz de relatórios simultâneos de Politico de que a indústria de petróleo e gás está elaborando ordens executivas 'prontas para assinar'", observaram Whitehouse e Wyden.

A dupla de senadores apontou documentos divulgados no mês passado pelos painéis de Jamie Raskin [deputado democrata] e Whitehouse como parte de uma investigação de três anos que na quarta-feira culminou em pedido ao procurador-geral dos EUA, Merrick Garland, para que investigue a indústria de combustíveis fósseis por décadas de disseminação de desinformação sobre seus produtos e a emergência climática.

"De particular relevância aqui, documentos divulgados na investigação conjunta detalham a influência descomunal da indústria na política energética durante o primeiro governo do Sr. Trump... Por sua vez, o governo Trump parecia confiar na indústria de petróleo e gás para apoiar e defender sua agenda de energia anticlimática", acrescentaram Whitehouse e Wyden.

ALUCINAÇÃO XENÓFOBA

Além da corrupção, Trump também está apostando na xenofobia em sua tentativa de voltar à Casa Branca. Na última quinta-feira, em um comício no Bronx, bairro novaiorquino em que 55% são latinos e 33 %, negros, o bilardiário asseverou à plateia que os "imigrantes ilegais" estão formando "um exército" para atacar "por dentro" os norte-americanos.

"Quase todos são homens e parecem ter idade para lutar. Acho que eles estão formando um exército", delirou Trump no Crotona Park, no South Bronx. "Eles querem nos atacar por dentro. Não vamos deixar que essas pessoas entrem e tirem nossa cidade de nós e tirem nosso país", acrescentou Trump, prometendo realizar "a maior operação de deportação de criminosos da história de nosso país" se for reeleito.

Trump também procurou vincular os níveis recordes de imigrantes pegos cruzando ilegalmente a fronteira entre os EUA e o México com a situação econômica dos eleitores negros e hispânicos, alegando que os imigrantes "estavam tomando seus empregos".

Para analistas, a decisão de Trump de fazer comício no Bronx foi para aproveitar sua estadia forçada em NY, onde está tendo de passar boa parte de sua agenda no julgamento do pagamento pelo silêncio de uma ex-atriz pornô na campanha presidencial de 2016.

"Milei é fome!", denunciam os argentinos nas ruas do país

Com a palavra de ordem "Milei é fome", manifestantes de Buenos Aires e das principais cidades argentinas realizaram jornada nacional de protesto contra o agravamento das condições de vida e exigir prioridade para as pessoas e não para os bancos.

Ativistas de diversos movimentos sociais ergueram faixas e cartazes explicando a dura realidade em que o país se vê mergulhado com os reiterados e profundos cortes nos investimentos públicos, o crescimento vertiginoso da desindustrialização, do arrocho e do desemprego.

Na capital, a concentração foi no Obelisco, onde os participantes denunciaram que os centros de refeição popular das organizações sociais e religiosas seguem sem abastecimento, ao mesmo tempo em que o governo continua sua política repressiva para tentar impedir que a população seja informada da situação.

As lideranças assinalaram que estão sofrendo "por falta de tudo". "Nossos filhos passam fome e se ficam doentes não temos como comprar remédios", condenaram os manifestantes, frisando que "enquanto Milei passa o tempo com a família no Luna Park, gerando mais discurso de ódio, nosso povo está passando fome". E se você

protestar, disseram, "Bullrich irá mandá-lo para a polícia".

Enquanto no microfone as lideranças explicavam como é o "dia a dia" de quem sobrevive da "ajuda social" de 78 mil pesos mensais (R\$ 458,00), os aplausos respaldavam os discursos e cobravam um reajuste imediato para fazer frente à catástrofe. "E ainda nos chamam de preguiçosos ou ladrões, quando os verdadeiros ladrões são aqueles que estão no poder. Deixe-os vir aos nossos bairros e verão que tudo o que podemos descrever fica aquém. Eles estão destruindo o país", descreveram.

Uma senhora disse que "não podemos mais viajar nem de ônibus por causa do aumento das tarifas, é por isso que muitos de nós caminhamos quadras e mais quadras até aqui por dinheiro para pagar o de trem de volta".

O porta-voz presidencial Manuel Adorni admitiu que há cinco milhões de quilos de alimentos não distribuídos para os refeitórios, sobras da administração do ex-presidente Alberto Fernández, negando que estivessem perto do vencimento, como vem sendo denunciado. Mas reconheceu que o governo não tem distribuído alimentos para as organizações fazerem chegar aos que tanto precisam.

Bombardeio israelense mata 45 palestinos carbonizados em Rafah



Palestino vistoria o que restou após o ataque de Israel denunciado por órgão da ONU

Corte de Justiça da ONU ordena a Israel que pare de imediato o massacre em Rafah

A Corte Internacional de Justiça (CIJ) da ONU ordenou nesta sexta-feira (24) que Israel interrompa “imediatamente” seu ataque militar à cidade de Rafah, no sul de Gaza, aumentando ainda mais a pressão internacional para que detenha o genocídio em curso em Gaza e aceite um cessar-fogo.

“Israel deve interromper imediatamente sua ofensiva militar e qualquer outra ação na província de Rafah que possa infligir ao grupo palestino em Gaza condições de vida que possam causar sua destruição física total ou parcial”, determinou o presidente da CIJ, Nawaf Salam, em resposta a pedido urgente apresentado pela África do Sul.

Treze dos 15 juizes da CIJ concordaram que a situação em Rafah é uma linha vermelha. Palavras como “excepcionalmente terrível” foram usadas para descrever a situação.

Na véspera, porta-voz do governo Netanyahu disse que “nenhum poder na terra” impedirá Israel de sua investida militar na Faixa de Gaza, reiterando sua escolha pelo beco sem saída de oficializar a condição de Estado pária perante o mundo.

Nesta semana, o procurador do Tribunal Penal Internacional (TPI) [que não julga países, julga pessoas], Karim Khan, pediu mandado de prisão para Netanyahu e seu ministro da Defesa, Yoav Gallant, por “exterminio” e outros crimes de guerra, bem como contra líderes do Hamas.

O presidente da CIJ disse que 800.000 palestinos foram deslocados pelo ataque militar e que não acredita na palavra de Israel de que eles recebem segurança e acesso humanitário. Ele disse que não havia provas disso.

“O tribunal não está convencido de que os esforços de



Corte de Haia exige que Israel suspenda já o morticínio

evacuação e as medidas conexas que Israel afirma ter empreendido para aumentar a segurança dos civis na Faixa de Gaza e, em particular, dos recentemente deslocados da província de Rafah sejam suficientes para aliviar o imenso risco a que a população palestina está exposta como resultado da ofensiva militar em Rafah, “acrescentou o presidente da CIJ.

A ordem da CIJ manda, ainda, retirar de Rafah as tropas israelenses. Também ordenou que Israel abra a passagem fronteiriça de Rafah para assistência humanitária (que Israel ocupou em violação do acordo de paz com o Egito).

A CIJ também prosseguiu com a investigação da acusação de genocídio. “Israel deve tomar medidas efetivas para garantir o acesso desimpedido à Faixa de Gaza de qualquer comissão de inquérito, missão de investigação ou órgão de investigação mandatado pelos órgãos competentes da ONU para investigar alegações de genocídio”, ordenou

também o juiz Salam.

Não há recurso para as decisões da CIJ, que depende do Conselho de Segurança da ONU para implementá-las, mas a recusa de Netanyahu em cumprir-las irá aumentar o isolamento de Israel no mundo e colocará Biden na situação de ter decidir até onde irá na cumplicidade ao genocídio.

Também agudizará as contradições no interior do “gabinete de guerra” israelense quanto a atrelar o futuro de Israel ao futuro de Netanyahu, Smotrich e Gvir, os patronos do genocídio e do apartheid. As famílias dos reféns israelenses em Gaza também vêm exigindo que a prioridade seja trazê-los de volta para casa, o que depende de um acordo de cessar-fogo.

Esta semana, Noruega, Espanha e Irlanda anunciaram que na próxima semana vão reconhecer o Estado Palestino, o que indica que está havendo uma virada na Europa sobre a questão, já que por quase quatro décadas eram apenas 9 os países europeus que reconheciam a nação palestina.



Cartaz pela liberdade de Julian Assange

Premiê da Austrália exige a libertação de Assange

O primeiro-ministro da Austrália, Anthony Albanese, voltou a defender, nesta terça-feira, a libertação do jornalista também australiano, Julian Assange, que corre grave risco de extradição. Consumada a medida teria como consequência a transferência dele da prisão inglesa de Belmarsh para os Estados Unidos, onde provavelmente ficará em prisão perpétua, possivelmente em solitária.

Nesta segunda-feira, decisão do Tribunal Superior do Reino Unido permitiu a Assange entrar com recurso contra a sua extradição para os EUA, aprovada em junho de 2022. Sua defesa disse que, se não fosse essa decisão, ele estaria sendo enviado aos Estados Unidos prontamente.

“JÁ BASTA”

“Continuamos a trabalhar de perto para alcançar esse resultado”, disse o primeiro-ministro, referindo-se à exigência mundial de liberdade para o jornalista. Sobre a perseguição sofrida por Assange, “já basta”, acrescentou.

Julian Assange, jornalista fundador do site Wikileaks, está detido desde 2019, na prisão de segurança máxima de Belmarsh em Londres, por denunciar crimes de guerra cometidos pelo exército dos Estados Unidos nas invasões ao Iraque e Afeganistão. O site Wikileaks foi responsável pela divulgação de mais de 700 mil documentos confidenciais do governo americano.

A esposa de Assange, Stella Cox, comemorou a decisão.

“Não sabemos quanto tempo isto vai durar e isso tem sido um enorme fardo sobre ele”, disse ela à Reuters.

“Espero que a administração dos EUA analise este caso e agora considere que deveria simplesmente ser abandonado”, disse ela. “Os sinais devem ser claros de que é hora de abandonar isso”.



Boris Johnson estimula neonazistas do batalhão Azov a atacar Rússia (Video)

Parlamentares ingleses aplaudem nazistas de Kiev

A embaixada russa no Reino Unido condenou a visita de três representantes do regimento ucraniano neonazista Azov a Londres, onde foram aclamados por parlamentares britânicos e pelo ex-primeiro-ministro Boris Johnson. Postaram vídeos e fotos da esfuizante recepção na rede social X.

“Um espetáculo grotesco”, disseram os diplomatas russos, ao reagirem à desfaleztes nesta quinta-feira. E que o regimento Azov “ganhou notoriedade mundial tanto por seu uso generalizado de insígnias nazistas Wolfsangel (uma das divisões das famigeradas tropas de assalto, as Waffen SS) quanto por crimes de guerra desprezíveis contra civis”.

Boris Johnson, ex-primeiro ministro britânico, discursou incitando os nazistas a atacarem alvos na Rússia, defendeu o envio de mais dinheiro e armas para a Ucrânia e também chamou os representantes do grupo nazista de “heróis”. Depois posou para fotos com os ucranianos com a bandeira do regimento Azov com o símbolo nazista da Segunda Guerra.

O regimento Azov, que integra o exército ucraniano, já foi acusado pelas ONGs ‘Human Ri-

ghts Watch’ e ‘Anistia Internacional’, assim como a própria ONU, de cometerem vários crimes contra a humanidade, como tortura e estupro de civis. Em 2016, a ‘Organização pela Segurança e Cooperação na Europa’, expediu um relatório descrevendo crimes de guerra cometidos pelo exército ucraniano na região de Donbass, em que o Azov foi mencionado várias vezes sobre torturas cometidas contra civis descritas como “bestiais”. Em 2018 o congresso do Estados Unidos chegou a banir o envio de dinheiro para o Azov.

A revista americana TIME fez na época uma reportagem sobre o regimento Azov e os chamou de “grupo terrorista neonazi.” E que sua política “parecia arrancar sua narrativa diretamente da ideologia nazista”.

O Azov começou como uma milícia liderada pelo neonazista, Andrey Biletsky; depois do golpe orquestrado pelos nazistas de Europa, o regimento Azov foi incorporado na Guarda Nacional da Ucrânia. Biletsky, em entrevista para a revista, disse que os símbolos adotados pelo Azov foram escolhidos por serem “usados pelos alemães” durante a Segunda Guerra Mundial.

Universitários de Harvard tornam formatura ato de protesto contra o genocídio israelense em Gaza

500 estudantes da Universidade de Harvard transformaram a cerimônia de formatura, no dia 23 de maio, em protesto de repúdio à Harvard Corporation – subordinada ao conselho administrativo da universidade – por determinar que 13 alunos que participaram de um protesto no campus contra o genocídio de Israel em Gaza não receberiam seus diplomas, rejeitando apelos do próprio corpo docente.

Segundo o The New York Times, o anúncio causou amplo descontentamento a membros da comunidade universitária, incluindo professores e funcionários, afirmando que os estudantes estavam sendo punidos por protestarem pacificamente.

A universidade já havia decidido na semana passada e suspender cinco estudantes e sancionar outros 20 pela sua participação em um acampamento universitário contra a chacina na Faixa de Gaza.

Em apoio aos 13 alunos penalizados, os jovens deixaram o local do evento agitando bandeiras e lenços palestinos e bradando “Palestina Livre!”

As manifestações na universidade começaram no

mesmo dia 7 de outubro do ano passado, quando mais de 30 organizações estudantis assinaram uma carta aberta responsabilizando Israel pelas ações do Hamas, nas quais mais de 1.200 pessoas morreram e cerca de 250 foram sequestradas.

A reação contra essa carta e a negativa de Harvard em considerar como terrorismo os ataques israelenses contra Gaza – que já elevaram a 35.850 o número de palestinos mortos na agressão – causaram os desentendimentos no campus, apontou o The New York Times.

Estudantes pró-palestinos foram alvo de difamações com seus nomes e rostos circulando em caminhões pelo campus, e doadores ricos retiraram o seu dinheiro, lembrou o jornal de Nova Iorque.

“SOLIDARIEDADE”

“Neste semestre, a nossa liberdade de expressão e as nossas expressões de solidariedade tornaram-se puníveis”, afirmou no ato de formatura a oradora estudantil

Shruthi Kumar, sob vivas e aplausos.

“Estou profundamente decepcionada com a intolerância à liberdade de expressão e ao direito à desobediência civil no campus”, acrescentou.

Mais de 1.500 estudantes enviaram petições e quase 500 funcionários e professores manifestaram-se a favor de permitir que os estudantes se formassem, registrou Kumar.

“Trata-se de direitos civis e de defender os princípios democráticos”, expressou. “Os alunos falaram. O corpo docente falou. Harvard nos ouve?”, questionou.

Maria Ressa, jornalista filipino-americana premiada com o Nobel da Paz em 2021 e defensora da liberdade de imprensa, disse aos formandos que “a gente não sabe quem é até que se põe à prova, até lutar por aquilo em que acredita”.

“Os protestos nos campi estão pondo a prova a todos nos Estados Unidos. Os protestos são saudáveis. Não deveriam ser silenciados”, ressaltou.

Autoridades médicas de Gaza informaram que dos 45 mortos, 23 são crianças, mulheres e idosos. Um sobrevivente disse à Al Jazeera que o ataque “queimou um quarteirão inteiro. Queimaram pessoas vivas”

Já são 45 os civis palestinos assassinados – incinerados – no brutal ataque aéreo israelense de domingo à noite (26), com mísseis e bombas, a um acampamento de refugiados em uma área supostamente protegida no noroeste de Rafah, incendiando tendas e transformando o local em um inferno em chamas.

O total de mortos no crime hediondo – que chocou o mundo – deverá aumentar, já que dos 249 feridos, muitos estão em estado crítico, com queimaduras graves.

Grande parte dos que estavam no acampamento havia se deslocado do leste de Rafah, já sob invasão de tropas israelenses, e estavam em uma região na qual as forças de Israel tinham dito que estariam preservadas de ataque.

De acordo com as autoridades médicas de Gaza, dos 45 mortos, 23 são crianças, mulheres e idosos. Um sobrevivente disse à Al Jazeera que o ataque aéreo “queimou um quarteirão inteiro”. “Queimaram pessoas vivas”.

“Estávamos sentados em barracas e, de repente, o acampamento foi bombardeado. Perdi cinco pessoas da minha família, todas completamente queimadas, inclusive mulheres grávidas. Todas as vezes nos disseram que essa área era segura até sermos bombardeados”, disse Majed al-Attar, um palestino que já havia se deslocado na bombardeada Beit Lahiya, no norte da Faixa de Gaza.

“Eles nos disseram que esta área é segura. Saímos da área a leste de Rafah para o oeste da cidade, pensando que há segurança, mas agora não há lugar seguro em Gaza. Há massacres por todo o lado.”

“Recuperamos um grande número de corpos de crianças mártires do bombardeio israelense, incluindo uma criança sem cabeça e crianças cujos corpos se transformaram em fragmentos”, disse um paramédico palestino à Anadolu.

Mohamad al-Mughayyir, alto funcionário da agência de defesa civil, disse à AFP: “Vimos corpos carbonizados e desmembrados (...) Também vimos casos de amputações, crianças feridas, mulheres e idosos.”

ESTADO PÁRIA

O ato de autoincriminação por genocídio foi perpetrado à véspera da retomada das negociações sobre um cessar-fogo no Egito, e é emblemático de que Israel está em marcha batida para ser visto, formalmente, no mundo inteiro, como um Estado Pária.

Condição de isolamento semelhante ao que o regime de apartheid sul-africano passou nos anos 1980, apesar da proteção então fornecida por Reagan e Thatcher e por governos anteriores de Israel.

O crime é ainda mais grave ao ser perpetrado cerca de 48 horas após a Corte Internacional de Justiça da ONU ordenar a Israel que interrompa o ataque à Rafah. Esses 45 queimados vivos vêm se somar aos 36.000 mortos, 81.000 feridos e 11.000 desaparecidos sob a fúria colonial israelense.

Ao comentar sobre o massacre, a agência da ONU para os refugiados palestinos (UNRWA), criada em 1947 para minorar as consequências da Nakba, afirmou que “Gaza é o inferno na terra. As imagens da noite passada são mais uma prova disso”. O bombardeio ocorreu nas imediações de um armazém da UNRWA, no bairro de Tel al-Sultan.

São estupefatos os relatos sobre o crime de guerra. “Os ataques aéreos queimaram as tendas, que derreteram e os corpos das pessoas também se desfazem sob fogo”, disse ao Middle East Eye um sobrevivente que chegou ao hospital

kuwaitiano em Rafah.

“Eu estava andando e olhando para o meu telefone quando a área foi atingida”, disse outro sobrevivente à Al Jazeera. “Não percebi o que tinha acontecido. Eu não tinha ideia do que tinha se tornado minha família. Caí no chão e vi que minha perna estava aberta.”

“Pessoas não podem ser reconhecidas porque seus corpos estão completamente deformados”, assinalou o MEE, e o número de mortos deverá aumentar. Ainda segundo o portal, o único hospital operando em Rafah é o Hospital Kuwaitiano, “que não tem uma UTI”, e faltava combustível para que as ambulâncias transportassem os feridos para os dois de hospitais de campo na cidade, isso além das tropas de Israel dificultarem ainda mais o movimento de socorristas e ambulâncias.

Na manhã de segunda-feira, familiares acorreram aos hospitais para providenciar o enterro das vítimas do bombardeio israelense e as cenas de desolação se repetiram em Tel al-Sultan, em meio aos destroços fumegantes do incêndio.

REPULSA MUNDIAL

No mundo inteiro, se espria a repulsa a mais esse ato de vileza do regime comandado pela gangue Netanyahu/Smotrich/Gvir. O Egito condenou o “bombardeio deliberado das tendas dos deslocados” pelos militares israelenses, informou a mídia estatal, descrevendo-o como uma violação flagrante do direito internacional. Também emitiram condenações veementes a Arábia Saudita, Irã, Turquia, Catar, Emirados Árabes e Kuwait.

“Indignado com os ataques israelenses que mataram muitos deslocados em Rafah”, disse o presidente francês, Emmanuel Macron, em postagem no X. “Essas operações devem parar. Não há áreas seguras em Rafah para os civis palestinos”, disse ele, acrescentando que é preciso um cessar-fogo imediato.

“Imagens de crianças e famílias incineradas emergindo de tendas bombardeadas em #Rafah nos choca a todos. A relatada matança de crianças abrigadas em tendas é inconcebível. Há mais de 7 meses, testemunhamos esta tragédia em curso, resultando em milhares de crianças mortas ou feridas”, postou no X Catherine Russell, a diretora-geral da Unicef, a organização da ONU para a infância.

Até governos que têm mantido a cumplicidade com Israel sentiram a necessidade de se afastar de tamanha crime. “Há uma situação cada vez mais difícil em que o povo palestino está sendo espremido sem respeitar os direitos de homens, mulheres e crianças inocentes que não têm nada a ver com o Hamas, e isso não pode mais ser justificado”, disse o ministro da Defesa da Itália, Guido Crosetto, à emissora SkyTG 24.

Já Israel inicialmente asseverou que o massacre seria um “ataque contra alvos legítimos segundo a lei internacional” e supostamente “dois terroristas seniores” teriam sido “eliminados”, cometido com o uso de “munições precisas” e com base em “inteligência precisa”. Mais tarde, foram obrigados a dizer que iriam “investigar” o “incidente” com “vários civis”.

Refletindo o clima psicótico que perpassa Israel, segundo a mídia palestina as mesmas cenas que causaram indignação no mundo inteiro foram celebradas por “figuras proeminentes e membros do público”, aproveitando a coincidência de ocorrer no feriado judaico do Lag BaOmer ...

A Revolução de 1930 e a construção do Estado Nacional, por Mamede Said - (2)

Continuação da edição anterior

Já no discurso que fez em 2 de janeiro de 1930 na Esplanada do Castelo, Rio de Janeiro, na condição de candidato à Presidência pela Aliança Liberal, Getúlio Vargas defendeu enfaticamente o voto secreto, a educação pública e a necessidade de leis trabalhistas. Advogou o alistamento compulsório de todos os alfabetizados e a entrega do processo eleitoral a uma magistratura federal togada, como condição para se impedir a fraude e se alcançar uma “genuína representação popular”

MAMEDE SAID MAIA (*)

O país não vislumbrava alternativa alguma que congregasse um número significativo de opiniões; as tendências políticas eram imprecisas e indeterminadas, e ninguém podia dizer ao certo que forma de governo deveria prevalecer. Para Vianna, havia certa tendência de retorno ao regime parlamentar, como havia certa tendência de retorno ao Poder Moderador. Havia certa tendência para estabelecer restrições à autonomia estadual, como para uma maior extensão dos poderes federais. Havia mesmo pequenos movimentos de gravitação para o socialismo alemão, como até mesmo para o bolchevismo russo. Nesse cenário de desapontamento, o ideal republicano “era um ideal vago, insulado num recanto da consciência nacional, com um raio de ação muito reduzido” (VIANNA, 2006, p. 88). Tanto quanto os tenentes revoltosos viriam depois proclamar, Vianna entendia que formas de governo, instituições constitucionais, República, Democracia, “tudo isto representava abstrações” que transcendiam de muito o alcance da “mentalidade rudimentar” das massas populares (VIANNA, 2006, p. 89).

A descrença no sistema decorria de um federalismo falso, corrompido pelos chefes políticos estaduais que encenavam um simulacro de disputas eleitorais. De um presidencialismo disforme e de um liberalismo que não encontrara lugar no aparelho político-estatal e não gerara melhorias na ordem social. De um Estado que tinha um caráter acentuadamente patrimonialista, no qual a esfera pública se confundia com a esfera privada. Como acentua Ângela de Castro Gomes (2005, p. 110), visando vencer o artificialismo político republicano que postulava normas consideradas inaplicáveis à realidade brasileira e, em o fazendo, combater o arbítrio expresso no caudilhismo e em seus derivados – o clientelismo e o personalismo da organização política de então –, a Revolução de 30 apresentou a centralização do Estado como o caminho capaz de levar o país para a nacionalização e a modernização. Para além do dismantelo da cúpula governante, se fazia necessário tocar nas bases socioeconômicas do poder, alterando os elos locais de domínio, enfraquecendo o comando dos fazendeiros e industriais para “libertar” as camadas média e popular que não encontravam mecanismos próprios para se expressar e influenciar a conjuntura política (FAORO, 2000, p. 314).

Já no discurso que fez em 2 de janeiro de 1930 na Esplanada do Castelo, Rio de Janeiro, na condição de candidato à Presidência pela Aliança Libe-



ral, Getúlio Vargas defendeu enfaticamente o voto secreto, a educação pública e a necessidade de leis trabalhistas. Advogou o alistamento compulsório de todos os alfabetizados e a entrega do processo eleitoral a uma magistratura federal togada, como condição para se impedir a fraude e se alcançar uma “genuína representação popular” (VARGAS, 2011, p. 283). Entendia Vargas ser dever do Estado “acudir ao proletário com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças como na velhice”. Para isso, o governo central e os dos estados deveriam coordenar esforços visando a adoção de um “Código do Trabalho” no qual tanto o proletariado urbano como o rural disporiam de “dispositivos tutelares” compreendendo medidas no campo da educação, higiene, alimentação, habitação; a proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice, assim como o acesso do trabalhador ao esporte e à cultura artística (VARGAS, 2011, p. 285-286). No discurso, o candidato defendeu ainda a instituição, por lei, do salário-mínimo e da obrigatoriedade de férias anuais.

Raymundo Faoro (2000, p. 315) assinala que o discurso histórico que precedeu a Revolução se deteve, de forma particular, em dois aspectos: o desenvolvimento econômico e a questão social. Ressaltando a importância de se estimular a produção agrícola nacional e de superar as incertezas da indústria nascente com um Estado economicamente forte, Vargas propunha a superação da dependência de importações e a necessidade de incrementar a produção local como caminho para emancipar o país. Isso seria feito com recursos próprios, com a remodelação do Banco do Brasil, com a defesa da produção do café, do açúcar e de outros produtos da pauta de exportações, visando o equilíbrio da balança comercial e a estabilização do valor da moeda.

O programa da Aliança Liberal defendia que os problemas sociais deveriam ser enfrentados por mecanismos estatais, mas, como lembra Faoro (2000, p. 320), não com o intuito de tocar nos alicerces sobre os quais repousava a estrutura social, e sim para pacificá-los, demandando-os entre extremismos, com a reforma do aparelhamento, não só constitucional, mas



político-social. As mudanças deveriam ocorrer sem estimular a “índole vulcânica” das camadas médias e populares, daí “a necessidade de um Estado orientador, alheado das competições, paternalista na essência, controlado por um líder e sedimentado numa burocracia superior, estamental e sem obediência a imposições de classe” (FAORO, 2000, p. 320).

Entretanto, ainda que a Revolução de 30 não tenha levado à completa superação do sistema oligárquico vigente, não há como desconhecer que a argúcia e a capacidade de manobra de Vargas o levaram, uma vez no poder, a dirigir um processo de transformações ao mesmo tempo econômico, social e político, no qual buscou conciliar o interesse da nascente burguesia industrial com os das oligarquias rurais, dos militares e dos trabalhadores. Com um regime de economia dirigida, sobretudo através do controle do comércio exterior, e um expressivo desenvolvimento industrial que buscava a diversificação das atividades econômicas e o rompimento da dependência do país, o Governo Provisório se ancorava nos ambientes operários fortalecidos por uma política sindical paternalista e corporativista, no que conseguiu conceder aumentos reais de salário e um modesto, porém consistente, incremento da política de distribuição de renda (DONGHI, 1976, p. 227-228).

Num amontoado impreciso de tendências e facções, a espinha dorsal do modelo surgido com a Revolução de 30 foi, como visto, o elemento militar, ancorado na vanguarda dos tenentes (FAORO, 2000, p. 320). Para João Mangabeira (1941, p. 13), um dos integrantes da Comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da Constituição, o Movimento de 30 comportava uma grande variação de tendências, “em cujo leito desaguavam correntes partidas de pontos opostos”, abrigando os interesses mais antagônicos, desde o “vermelho das reivindicações marxistas ao negro da reação clerical”.

A nota modernizadora do movimento, como diz Faoro (2000, p. 321), assume feição nacionalista: um direito público brasileiro, uma Administração Pública adequada às particularidades nacionais, uma política voltada à modernização das instituições. A

nacionalização da economia completa o quadro, sob o pressuposto da superação do predomínio dos estados em prol de uma política de caráter nacional. O discurso dominante entre os tenentes encontra eco em Minas Gerais, com Francisco Campos e Gustavo Capanema; no Rio de Janeiro, com Góis Monteiro, Osvaldo Aranha e Juarez Távora, como também na Paraíba, com José Américo de Almeida, e um misto de contradições e convergências políticas.

Com o Governo Provisório se alinhavam os jovens tenentes reformistas, mas também os militares nacionalistas, assim como dissidentes das oligarquias tradicionais, na busca da superação de uma cultura política marcada pelo nepotismo, pelo sistemático e indevido uso do erário público e pelos abusos de autoridade. O programa dos tenentes, relevante na cena pública de então, estava permeado de valores de salvação nacional e de uma visão que destinava ao Exército o papel de guardião das instituições republicanas (FAUSTO, 2006, p. 240).

O ciclo nacional-desenvolvimentista desencadeado pela Revolução de 30 teve em Vargas o líder populista que, como define Bresser-Pereira (2009, p. 115), “estabeleceu um contato direto e pessoal com o povo”, até como forma de superar a ausência de partidos políticos ideológicos que intermediassem o exercício do poder. Além de não haver partidos ideologicamente definidos, não havia a conceituação clara de direitos civis e o respeito à lei; “não havia, portanto, o Estado de direito, que é condição da democracia” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 119).

Embora nacionalismo e populismo, no quadro de uma sociedade dependente, sejam palavras usadas de forma negativa pelo pensamento hegemônico, Bresser-Pereira (2009, p. 98) considera que foi o nacionalismo de Vargas, na transformação do Brasil em Estado-nação autônomo, que o tornou um estadista, e foi seu populismo que abriu espaço para a democracia no Brasil ao promover sua revolução capitalista. Para o autor, tratou-se de um populismo político que não se confundia com o populismo econômico (perdulário, que gasta mais do que arrecada) nem com o populismo demagógico – por-

que sempre tratou as finanças públicas com rigor, porque buscou incorporar as massas ao processo político e porque não era apenas retórico, mas preocupado em transformar as palavras em ações, enfrentando o protesto dos empresários e das velhas oligarquias (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 118-119).

2. UM ESTADO INTERVENCIONISTA, UM EXECUTIVO FORTE E CENTRALIZADOR

Ainda que não se considere que o intervencionismo estatal tenha se iniciado com o Governo Vargas, mas que se deu também durante a vigência da Constituição de 1891, não há como ignorar que foi a partir de 1930 que a intervenção do Estado na economia se fez determinante. A Constituição de 1934 consagrou que a ordem econômica devia ser organizada “conforme os princípios da Justiça e as necessidades da vida nacional, de modo que possibilite a todos existência digna” (art. 115). De igual forma, foi a Carta que reorganizou o pacto federal, estabelecendo a predominância dos poderes da União sobre os dos estados e municípios.

O Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, que instituiu o Governo Provisório, tinha um alcance superior ao de um mero ato administrativo. Como lembra Afonso Arinos de Melo Franco (1981, p. 110), “o diploma é impropriamente chamado decreto, quando de fato era uma lei, e lei constitucional”. Constituiu, portanto, “uma verdadeira Constituição provisória”. A Carta de 1934 reconhecera sua importância, pois no art. 18 de suas Disposições Transitórias aprovou e tornou insuscetíveis de qualquer apreciação judicial os atos do Governo Provisório, os dos interventores e os dos delegados do Governo adotados na vigência do decreto.

A preponderância do Executivo na ordem política, marca do novo regime, consta já do art. 1º, caput, do decreto, que dispunha que o Governo “exercerá discricionariamente, em toda sua plenitude, as funções e atribuições, não só do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo” até o estabelecimento de uma nova organização constitucional por uma Assembleia Cons-

Getúlio conduziu uma das revoluções burguesas mais avançadas do mundo

tituinte. O art. 4º mantinha em vigor as constituições federal e estaduais, assim como as leis e decretos existentes; todos, porém, inclusive as próprias constituições, sujeitas às modificações e restrições estabelecidas pelo decreto inaugural e por atos ulteriores do Governo Provisório.

O habeas corpus sofreu restrições no que se referia aos crimes funcionais e aos da competência de tribunais especiais, tendo sido prevista a anulação ou restrição dos direitos resultantes de nomeações, aposentadorias, pensões ou subvenções, assim como os atos relativos a empregos, cargos ou ofícios públicos, aí incluídos os da magistratura, do Ministério Público e quaisquer outros, tanto na esfera federal como estadual e municipal. Tudo como forma de permitir, ao governo revolucionário, o completo domínio da estrutura administrativa e da máquina estatal.

A fim de manter sob controle o processo político nas unidades federadas, o Decreto nº 19.398/1930 previu a nomeação de um interventor federal para cada estado, ao qual competia exercer, em toda plenitude, não só o Poder Executivo como também o Poder Legislativo de âmbito local. Esses interventores, em que pese serem, em grande parte, oriundos dos grupos políticos dominantes, eram escolhidos pelo governo federal, o que permitia ao presidente da República ter sob sua dependência as máquinas administrativas estaduais, ao mesmo tempo em que mantinha a tradição coronelística.

Para que o sistema de interventorias alcançasse os objetivos pretendidos, e visando um maior monitoramento do sistema político tradicional, o Governo editou, em 29 de agosto de 1931, o Decreto nº 20.348, instituindo conselhos consultivos nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, a critério do interventor federal. A esses conselhos competia opinar sobre os recursos de atos do interventor e do prefeito respectivo, não só do ponto de vista legal e jurídico, como também sobre a sua conveniência. Cabia-lhes, ainda, emitir parecer sobre as consultas que lhe fossem propostas por aquelas autoridades ou pelo Governo Provisório. Ao estabelecer várias normas sobre as despesas orçamentárias e sobre os impostos estaduais e municipais, o decreto demonstrava a estratégia centralizadora da União, que retirava dos estados e municípios a autonomia que só formalmente lhes era assegurada.

A criação de uma vasta quantidade de normas voltadas para a disciplina e racionalização da Administração Pública refletia o processo de transformações em curso no Estado brasileiro, com o incremento das políticas públicas de dimensão nacional e a consequente transferência das atividades mais relevantes para o âmbito do Executivo federal. A delegação de serviços públicos passou a ser admitida com a edição de decreto que regulava a exploração, por terceiros, de serviços de radiocomunicação, mediante concessão do governo federal, e de decreto que condicionava a concessão de serviços públicos e de minas e terras no âmbito estadual a prévia audiência dos conselhos consultivos citados.

Continua na próxima edição